

**INDICADORES
DA QUALIDADE
NO ENSINO MÉDIO**



INDICADORES DA QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

INDICADORES DA QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Coordenação geral :: Denise Carreira e Maria Virgínia de Freitas (Ação Educativa)

Comitê de parceiros :: Ítalo Dutra, Júlia Ribeiro, Mario Volpi e Gabriela Mora (UNICEF); Denise Carreira e Maria Virgínia de Freitas (Ação Educativa)

Integrantes do Grupo Técnico (2015-2016) :: Helena Singer, Alexandre Bortolini, Verônica Cardozo P. Carvalho e Ricardo Magalhães Diaz Cardozo (MEC), Gabriela Goulart Mora, Julia Ribeiro, Marcelo Mazzoli e Ítalo Dutra (UNICEF), Cleyton Wenceslau Borges (UNEAFRO), Dirce Zan e Nora Krawczyk (UNICAMP), Thayna dos Santos Almeida (UFBA), Lucas Ferreira dos Santos (UFMG), Iara Ribeiro Silva (UNEFAB), Raquel Souza Santos (FEUSP), Diego Souza Teófilo (UNIPOP), Adriano Souza Senkevics, João Horta e Rogério Diniz Junqueira (INEP), Gisela Lobo Tartuce (Fundação Carlos Chagas), Jane Bete Nunes e Ana Donisete de Oliveira (SEDUC Amazonas), Eryka Galindo (CONTAG), Maria Júlia Montero (Marcha Mundial das Mulheres), Alfredo Santos Jr. e Adriano Soares da Silva (CUT), Vanda M. Ribeiro (CENPEC/UNICED), Cristiane Gomes Julião e João Victor Gomes de Oliveira (REJUIND), Thayná dos Santos Almeida e Priscila Estevão da Cunha (FONAJUNE), Walisson Lopes de Souza e Iana M. Mallmann (Projeto Onda), Victor André Santos de Lima (CEFET/RJ), Vânia Correia e Elisângela Nunes Cordeiro (Viração), Andressa Pellanda e Maria Rehder (Campanha Nacional Pelo Direito a Educação), Paulo Carrano e Lucas Ferreira dos Santos (Observatório Jovem – UFF), Daniel Iório de Lima e Helena Wendell Abramo (SNJ), Angela Meyer (UBES), Jane Bete Nunes Rodrigues (CONSED), Victor André Santos de Lima (CEFET/RJ), Cristiane Gomes Julião (Rede de Juventude Indígena), Toni Reis (ABGLT), Juliana Irani do Amaral (Instituto Unibanco), Meire Cavalcante (Fórum Nacional de Educação Inclusiva), Heleno Araújo Filho (CNTE), Marlene Hirata Uchima, Rafaela Kron Gonçalves, Laura Ferreira, César Aparecido Borges de Lisboa, Daniel Burgos Ferreira da Silva e Regina Miyeko Oshiro (EE Prof. Moacyr Campos), Fernando Soares da Silva (EE Shiro Kyono), Anderse S. B. Cerqueira, Aline Janaina Rodrigues, Luciano Carlos Pereira, Madson Araujo, William David Alves de Lima e Everton Luis Silva dos Santos (EE República da Colômbia) e Claudio Bazzoni (Colégio Santa Cruz)

Coordenação executiva :: Raquel Souza (jun./2014 a ago./2015), Luis Felipe Soares Serrao (ago./2015 a mar./2017)

Assistentes técnicas (2015-2016) :: Natália Bouças do Lago e Thaís Silva dos Santos

Apoio administrativo-financeiro :: Camila Menezes e Vagner Pereira

Consultoras :: Ana Paula Corti, Raquel Souza e Valéria Virgínia Lopes

Elaboração do texto (Ação Educativa) :: Denise Carreira, Maria Virgínia de Freitas, Luis Felipe Soares Serrao, Claudia Bandeira, Gabriel Di Pierro, Valéria Virgínia Lopes e Bárbara Lopes

Leitura crítica :: Ana Paula Corti, Salomão Ximenes, Vanda Ribeiro e Maria Carla Corrochano

Coordenação pré-teste com as escolas :: Belém/PA – Aldalice Otterloo, Diego Teófilo e Michele Escoura; Belo Horizonte/MG – Liliana Silveira e Rosane Pires; Salvador/BA – Ione de Jesus Costa e Patrícia Maria da Silva; São Paulo/SP – Luis Felipe Soares Serrao, Denise Carreira, Luisa Ferreira Lima e Letizia Patriarca

Pesquisadores/as da consulta junto aos jovens :: Amazonas – Carla Catlen Reis Botelho de Moraes, Kelen Bianca de Souza Reis, Maíra Mendes dos Santos, Natã Souza Lima; Bahia – Ione de Jesus Costa e Patrícia Maria da Silva; Rio de Janeiro – Mariane Brito da Costa e Reinaldo Ramos da Silva; São Paulo – Isabela Venturoza de Oliveira, Laís Miwa Higa, Letizia Patriarca e Luiza Ferreira Lima

Mobilização e preparação da consulta :: Amazonas – Ana Donizete e Jane Bete; São Paulo – Cleyton Borges e Elisângela Cordeiro; Bahia – Ana Lucia Silva Souza, Elias Malaquias, Ari Sacramento e Thayná dos Santos Almeida; Rio de Janeiro – Paulo Carrano e Victor André Santos de Lima. Nathalia Barbosa (UNICEF) apoiou na indicação de pesquisadores/as

Concepção da metodologia Indicadores da Qualidade na Educação (2004) :: Vanda Mendes Ribeiro e Joana Buarque de Gusmão

Parceria financeira :: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Brot für die Welt (Pão para o Mundo) – Apoio institucional

Revisão de texto :: Jandira Queiroz

Apoio editorial :: Daniele Brait

Projeto gráfico e diagramação :: Aeroestúdio

CIP-BRASIL. Catalogação na Publicação
(Antonio Carlos de Souza Junior, CRB8/9119)

A638i
Ação Educativa
Indicadores da qualidade no Ensino Médio / Ação Educativa, UNICEF [Coord.]. – São Paulo: Ação Educativa, 2018.
120p.
ISBN 978-85-86382-52-9
1. Educação. 2. Educação-qualidade. I. Autor. II. Título.
CDD 370.13

Ação Educativa
www.acaoeducativa.org

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
www.UNICEF.org/brazil/pt/

Esta publicação e os outros volumes da Coleção Indicadores da Qualidade na Educação estão disponíveis para *download* nos sites: www.indicadoreseducacao.org.br e www.deolhonosplanos.org.br

Dezembro de 2018



A P R E S E N T A Ç Ã O

É com imenso prazer que apresentamos os *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio*, cujo objetivo é contribuir para a construção de um Ensino Médio de qualidade por meio do estímulo à autoavaliação participativa escolar em todo o país. Um processo que propõe pensar a escola pública por inteiro em sua relação com a política educacional e com o território do qual faz parte.

Neste momento do país, em que o Ensino Médio é objeto de grandes debates, polêmicas e disputas públicas, esperamos que, com este material, a comunidade escolar possa promover discussões e reflexões sobre o que significa uma escola de qualidade que faça sentido para adolescentes e jovens. Um material que contribua para estimular: o reconhecimento dos acúmulos da escola, a construção coletiva de propostas de ação escolar e o levantamento de recomendações para as políticas educacionais sobre os desafios a serem enfrentados em favor de uma educação comprometida com a formação integral de estudantes críticos, autônomos e criativos.

Não são poucos os obstáculos impostos pelo cotidiano escolar em realidades desiguais, e, por isso, precisamos observar com cuidado e atenção cada dimensão de uma escola de Ensino Médio. A melhoria das condições de trabalho das profissionais e dos profissionais da educação; a garantia de uma infraestrutura escolar adequada; a participação “pra valer” de estudantes e de suas famílias nas tomadas de decisão; as relações respeitadas entre as pessoas que fazem parte da escola; a interação positiva entre a escola e a comunidade do entorno; a construção de um currículo contextualizado, que valorize os saberes, os conhecimentos e os interesses de adolescentes, jovens e de suas comunidades de origem; e a articulação construtiva entre a escola e as políticas educacionais são alguns dos componentes que integram uma noção de qualidade educacional transformadora. Avaliá-las coletivamente e definir prioridades de intervenção são processos dos quais todas as pessoas da comunidade escolar devem fazer parte.

Esta publicação é parte da coleção Indicadores da Qualidade na Educação, composta por outros três cadernos: *Educação Infantil* (2009), *Ensino Fundamental* (2004) e *Relações Raciais na Escola* (2013). Sua elaboração contou com contribuições de adolescentes, jovens, profissionais da educação, pesquisadoras, pesquisadores, gestoras e gestores escolares e educacionais e ativistas na área de educação e de juventude de todo o Brasil.

Esse grupo teve seu trabalho liderado pela Ação Educativa em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além de contar — entre os anos de 2015 e 2016 — com a participação do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Secretaria Nacional de Juventude.

Com base nas vivências e nas experiências escolares dos adolescentes e jovens, de diferentes sujeitos em diversas escolas de Ensino Médio do país, em pesquisas e estudos, na análise das estatísticas educacionais e dos marcos legais pertinentes, foram definidas dimensões e indicadores de qualidade de uma escola, referenciada em uma perspectiva integral da vida de adolescentes e jovens que fazem parte do Ensino Médio e daquelas e daqueles que ainda estão fora da escola, mas que devem ser buscados ativamente pelas instituições de ensino e pelos sistemas educacionais.

Esta publicação foi elaborada com a intenção de ampliar e multiplicar as rodas das pessoas, coletivos e instituições comprometidas com a construção de um Ensino Médio de qualidade, fortalecendo as vozes que interferem nas políticas educacionais. Esperamos que ela seja disseminada, apropriada e reinventada nos vários cantos de nosso imenso, diverso e desigual país, contribuindo para a ação coletiva, criativa e transformadora em prol da garantia do direito humano à educação efetivamente para todos os adolescentes e jovens.

S U M Á R I O

Afinal, o que é um Ensino Médio de qualidade? 7

**Como utilizar os *Indicadores da Qualidade*
no Ensino Médio? 13**

Dimensões e Indicadores 31

1. Ambiente educativo e valorização da diversidade juvenil 33

2. Acesso, permanência e conclusão 45

3. O currículo e a proposta político-pedagógica 55

4. Trajetórias de vida, estudos e trabalho 69

5. Profissionais da educação 81

6. Espaços, materiais e mobiliários 91

7. Participação e gestão democrática 99

Para saber mais 111

Tabela de Dimensões e Indicadores 113



AFINAL, O QUE É UM ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE?

Esta não é uma pergunta simples. É uma questão que mobiliza grandes debates e polêmicas públicas no país, que se relacionam com os diferentes projetos de sociedade em disputa na realidade brasileira: daqueles que defendem mais igualdade e justiça social aos que entendem que a desigualdade entre as pessoas é algo natural, que “faz parte”, não sendo um problema a ser enfrentado.

Por isso, há várias ideias de qualidade educacional no Brasil, em especial, no Ensino Médio, resultado de influências, negociações e disputas que acontecem na sociedade. Noções de qualidade que não estão paradas no tempo, mas que se transformam em resposta a interesses econômicos ou a pressões sociais, como as exercidas pelos movimentos estudantis. Algumas dessas noções são mais comprometidas e outras menos comprometidas com o direito humano à educação de qualidade “pra valer” para todas as pessoas (e não apenas para uma parcela da população).

Historicamente, a luta de estudantes, profissionais de educação, famílias, movimentos sociais e da sociedade brasileira em geral pela ampliação do direito humano à educação no país influenciou o que se entende por qualidade no Ensino Médio. Luta que gerou importantes conquistas, muitas delas expressas na legislação educacional.

Previsto na Constituição brasileira (1988), o direito ao Ensino Médio foi ampliado nas últimas décadas para setores populares, pondo em questão o caráter historicamente elitista desta etapa da educação básica: a ideia de um Ensino Médio para poucos. Apesar desse avanço, cerca de um milhão e meio de adolescentes e de jovens brasileiros de 15 a 17 anos continuam fora da escola, e a maioria delas e deles não conseguiu concluir o Ensino Fundamental.

Segundo dados do IBGE (2016), as desigualdades são profundas nesta etapa da escolarização: enquanto 71% dos jovens brancos estão no Ensino Médio, apenas 57% dos jovens negros cursam a etapa; enquanto 86,6% do

um quarto mais rico da população cursam o Ensino Médio, somente 52,5% dos 25% mais pobres estão na etapa; enquanto 71,5% dos jovens da Região Sudeste estão no Ensino Médio, apenas 53,4% da Região Nordeste estudam em escolas dessa etapa.

Nas últimas décadas, a expansão do acesso a vagas sem o investimento financeiro necessário — marcada por essas grandes desigualdades raciais, de renda e entre diferentes regiões do país — e os velhos e os novos desafios do difícil processo de democratização da realidade brasileira trouxeram várias tensões e provocações para se repensar os objetivos, a identidade e as perspectivas do Ensino Médio. Ensino Médio que, com a ampliação do acesso, passava a ter que lidar com uma maior diversidade juvenil que chegava à escola pública com suas especificidades.

Mas quais as finalidades do Ensino Médio previstas na lei máxima de educação? Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu artigo 35, o Ensino Médio tem como finalidades: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e para a cidadania; aprimorar o estudante como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e possibilitar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Tendo como base essas finalidades, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012) e o Estatuto da Juventude (2013) reconheceram que o currículo dessa etapa da educação — aquilo que se estuda na escola — deve ser estruturado segundo as especificidades, os interesses e as demandas educativas de adolescentes e jovens do país. Ou seja, não dá para fazer um Ensino Médio de qualidade sem considerar as realidades, os conhecimentos e os desejos de adolescentes e jovens.

Levando em conta tudo isso, qual a noção de qualidade de Ensino Médio que orienta a construção deste material? Destacamos aqui seis eixos, profundamente articulados entre si:

1. O Ensino Médio de qualidade como direito humano à educação. Significa dizer que o Ensino Médio de qualidade, que prevê também o direito de

aprender, é um *direito humano* de todas e todos adolescentes e jovens¹, independente de origem social, raça/cor, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, do lugar de nascimento e moradia, da existência de deficiências, se possuem ou não documentação regular no país, entre outras coisas.

Significa também dizer que a educação — quando abordada como um direito humano — não deve ser pensada de forma isolada, mas, sim, na relação com outros direitos humanos. O que concretamente quer dizer que não é possível garantir uma educação de qualidade sem considerar a merenda, o transporte, as condições de vida dos estudantes e de suas famílias, entre outros aspectos. Nesse sentido, a luta pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do Estatuto da Juventude (2013) é fundamental.

2. O Ensino Médio de qualidade é comprometido com a superação das desigualdades.

Aqui a desigualdade é abordada em dois sentidos: um Ensino Médio de qualidade é aquele que contribui para uma formação crítica de adolescentes e de jovens para estudar e compreender a realidade desigual brasileira, reconhecendo e estimulando as diferentes formas de ação política para a superação desse quadro. Significa também dizer que a política educacional deve reconhecer que a oferta de Ensino Médio de qualidade é profundamente desigual no país e atuar por meio de políticas públicas coerentes, consistentes, planejadas e financiadas para corrigir esse quadro, mudando a lógica tradicional e investindo mais nas escolas e nas populações que sofrem os maiores impactos dessas desigualdades. Isso se chama políticas equalizadoras.

3. O Ensino Médio de qualidade exige a melhoria das condições de funcionamento das escolas.

Aqui estamos falando das condições concretas, dos chamados insumos. Historicamente, as escolas de Ensino Médio do Brasil sofrem de graves problemas de falta de condições adequadas de funcionamento, que vêm piorando nos últimos tempos em vários lugares do

1 O Ensino Médio de qualidade é um direito humano não somente de adolescentes e jovens, mas de adultos e idosos. Neste material, vamos trabalhar com o chamado Ensino Médio regular, aquele destinado a adolescentes e jovens. O ensino fundamental e o Ensino Médio voltados para adultos e idosos está previsto como parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que constitui direito de todas as pessoas que não puderam estudar ou dar continuidade aos estudos na idade esperada.

país, em decorrências dos cortes de recursos financeiros para a educação pública e para outras políticas sociais. Para uma escola de Ensino Médio funcionar bem, precisa: de profissionais de educação em todas as áreas, valorizados, com condições de trabalho, salários e formação adequada; de prédios com saneamento básico (esgoto, água tratada etc.), equipamentos, salas, laboratórios, banheiros e demais condições de infraestrutura; de merenda, transporte, óculos para quem precisa, acessibilidade para pessoas com deficiência, entre outras condições para que as/os estudantes consigam permanecer na escola e concluir seus estudos. Os insumos são a base do cálculo do chamado Custo Aluno Qualidade (CAQ): previsto em lei e não cumprido pelos governos até hoje. O CAQ é o referencial de valor necessário por estudante para que o Brasil tenha um financiamento educacional que garanta as condições adequadas de funcionamento das escolas. Na última década, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresentou uma proposta de CAQ, apoiada por várias organizações e movimentos sociais. A maior parte das escolas de Ensino Médio não conta com esses insumos. Por isso, é importante saber que temos direito a eles e que devemos atuar coletivamente para conquistá-los.

4. O Ensino Médio de qualidade exige uma escola enraizada no território e que atue em rede. Conhecer o território no qual a escola está inserida, suas histórias, seus sujeitos, seus acúmulos, seus desafios, suas desigualdades, suas especificidades, propostas e demandas é algo fundamental para construir caminhos que dialoguem com a realidade e façam sentido para as estudantes e os estudantes, contribuindo para a garantia de todos os adolescentes e jovens ao Ensino Médio de qualidade. Além do que, diante de tanta desigualdade no país, é necessário somar forças e quebrar o isolamento de muitas escolas. Nesse sentido, a escola deve buscar as forças vivas que atuam na comunidade, mas aquelas efetivamente comprometidas com os direitos humanos de todas as pessoas, e não as que estimulam o preconceito, a discriminação e a violência. Nesse ponto também é fundamental que o atendimento educacional se articule com outras políticas, serviços públicos e organizações da sociedade civil (de saúde, assistência social, direitos humanos, justiça etc.) existentes no território, formando uma rede bem firme e forte para apoiar os estudantes e suas famílias no acesso, na permanência e na conclusão dos estudos.

5. O Ensino Médio de qualidade exige uma perspectiva integral da vida das estudantes e dos estudantes que reconheça e valorize a diversidade.

Isso significa dizer que o Ensino Médio de qualidade exige um olhar que compreenda a estudante e o estudante por inteiro (preocupações, interesses, conhecimentos, sonhos, desejos, corpos em intensa transformação etc.) e na relação desses adolescentes e jovens com outras pessoas (família, amigos, outros afetos, profissionais de educação, coletivos, comunidades), e com a sociedade em geral. Levando em conta tudo isso, quais são os desafios, os obstáculos e os apoios que cada estudante tem em seu cotidiano para cursar o Ensino Médio? Avançar em uma perspectiva integral e contextualizada significa ir além de uma proposta tradicional de “transmissão de conhecimentos” e reconhecer que o Ensino Médio regular é uma etapa comprometida com a promoção da autonomia de adolescentes e jovens, como sujeitos de direitos e de deveres, de aprendizagens e de seus projetos de vida. Autonomia de adolescentes e jovens se constrói com cuidado, atenção e acompanhamento. Nesse ponto, é necessário dizer que um Ensino Médio de qualidade exige reconhecer as muitas diferenças presentes no universo estudantil do Ensino Médio (econômicas, de raça/cor, gênero, orientação sexual, regional, de ritmos de aprendizagem, de interesses, de conhecimentos, de corpos etc.) de forma a fazer com que essas diferenças não sejam vividas como desigualdades ou discriminações. É fundamental abordar a diversidade estudantil de forma positiva e como componente de um Ensino Médio transformador, que reconheça e promova a dignidade e o direito humano à educação de todas e todos os estudantes.

6. O Ensino Médio de qualidade estimula a participação ativa dos estudantes na vida, na escola e na sociedade.

Por último, destacamos que o Ensino Médio de qualidade está comprometido em estimular a participação ativa de estudantes nos processos de construção de conhecimento dentro e fora da escola, nos seus relacionamentos, em seu projeto de vida e na relação com a sociedade. Esse estímulo deve partir do reconhecimento das diferentes formas de participação já exercidas por adolescentes e jovens dentro e fora da escola: grêmios, coletivos juvenis e culturais, grupos esportivos e de *gamers*, redes de troca, entre outras rodas que nascem de diferentes interesses. Em especial, o Ensino Médio é uma etapa fundamental de reflexão sobre o significado e a importância da participação política, entendida

como aquela comprometida com a busca coletiva de soluções não violentas para problemas e desafios que afetam as comunidades e sociedades. Para exercer melhor a política, precisamos expressar nossas opiniões, aprender a ouvir as opiniões das outras e dos outros, dialogar, conhecer a realidade para além das aparências e dos preconceitos, pesquisar o porquê das coisas e negociar soluções em prol do interesse público. A gestão democrática da escola e da política educacional deve ser encarada como parte do currículo escolar do Ensino Médio, de uma formação para uma cidadania ativa, crítica e criativa.

Tendo como base as conquistas legais, as lutas pelo direito humano à educação de qualidade e os seis eixos abordados anteriormente, como podemos fazer do Ensino Médio uma etapa que tenha sentido para os adolescentes e jovens, que gere autonomia, que possibilite uma participação ativa na sociedade e que contribua para um projeto transformador da realidade brasileira?

Para colaborar com a construção coletiva de uma escola de qualidade, este material foi elaborado com o objetivo de incentivar as comunidades escolares a participarem de processos de reflexão, avaliação e de planejamento da escola sobre o que é um Ensino Médio de qualidade. Esta publicação apresenta um conjunto de dimensões, indicadores e perguntas bem concretas que buscam estimular discussões sobre o que significa um Ensino Médio de qualidade no cotidiano das escolas. Discussões que possibilitem conhecer e compreender melhor a realidade, construir um diagnóstico da situação e um plano de ações coletivas para melhorar a qualidade do Ensino Médio de nossa escola, município, estado e país.

COMO UTILIZAR OS INDICADORES DE QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO?

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que nos ajudam a compreender algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores, como febre, dor, desânimo etc., que apontam se há algum problema de saúde. Para monitorar a economia do país, usamos como indicadores o nível de desigualdade social no país, as condições de vida da população, a taxa de inflação, a taxa de juros e a taxa de desemprego, por exemplo.

A variação dos indicadores sinaliza que há mudanças (se a febre baixou, pode significar que a pessoa está melhorando; se a taxa de desemprego está mais baixa, é possível dizer que a economia está melhorando etc.). Em relação à metodologia aqui apresentada, os indicadores buscam identificar como está a qualidade do Ensino Médio de nossa escola.

Com um bom conjunto de indicadores, tem-se um quadro de sinais que possibilita identificar de forma simples e acessível o que vai bem e o que vai mal na escola, de modo que todos compreendam melhor essa realidade e tenham condições de discutir e decidir quais são as prioridades de ação para sua melhoria. Algumas dessas ações cabem à escola implementar e outras vão depender das políticas públicas, de responsabilidade das Secretarias de Educação e de outros órgãos de governo.

Vale lembrar que a luta para fazer do direito humano à educação uma realidade deve envolver toda a comunidade: estudantes, profissionais de educação, gestoras e gestores escolares, conselheiros de direito, movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil, órgãos públicos, universidades e sociedade em geral. Educação é um assunto de interesse público. Por isso, pretendemos que a utilização deste material envolva mais gente na luta por um Ensino Médio de qualidade, somando forças para que ele se concretize na vida de adolescentes e de jovens de todo o país.

PLANEJAMENTO DO USO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Assim como nos demais volumes da coleção Indicadores da Qualidade na Educação (*Educação Infantil, Ensino Fundamental e Relações Raciais na Escola*), não há uma receita pronta para usar a metodologia. O material é um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível, que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola. Apostando nessa flexibilidade, deixamos aqui uma série de dicas, ideias e recomendações:

- ❖ É importante que a escola constitua um grupo de pessoas para organizar o processo de utilização dos *Indicadores*. Na medida do possível, o grupo deve ser composto por estudantes, direção da escola, equipe pedagógica, demais profissionais de educação e familiares. É fundamental que o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil (quando existente) estejam envolvidos em todo o processo de utilização dos *Indicadores*, contribuindo para planejar o uso da proposta, mobilizar o conjunto da escola e dar consequência às decisões coletivas. O uso dos *Indicadores* também pode ser puxado pelos próprios estudantes, como forma de estimular o debate, a reflexão e a mobilização de alunas e alunos em prol da melhoria da qualidade na educação, em diálogo com os profissionais da escola.
- ❖ Para compreender a proposta dos *Indicadores*, é importante que esse grupo estude o material, leia com cuidado e atenção as dimensões, os indicadores e suas perguntas para entender suas diferentes possibilidades e planejar seu uso. Aqui destacamos a importância da equipe gestora e das professoras e dos professores da escola, profissionais familiarizados com as questões de educação, para mediar e traduzir para as demais pessoas os termos e as questões educacionais abordadas no material. Para tanto, será necessário fazer uma reunião prévia com diretoras, professores, coordenadores pedagógicos e funcionários.
- ❖ Como parte da preparação, uma dica é assistir ao vídeo “Autoavaliação participativa — por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação”², que explica como utilizar a metodologia. Outra dica é visitar

2 O vídeo “Autoavaliação participativa – por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação” está disponível em <https://youtu.be/UUMyeLPnWc>, e no portal De Olho nos Planos (www.deolhonosplanos.org.br) e no blog da Coleção Indicadores da Qualidade na Educação (www.indicadoreseducacao.org.br).

o blog dos Indicadores da Qualidade na Educação³, com vários materiais de subsídio e ideias para o uso do material na escola.

- ❖ O planejamento do trabalho com os *Indicadores* deve envolver os/as estudantes e a comunidade escolar para definir o tempo necessário, preparar o espaço físico para que ele seja acolhedor e providenciar os materiais que serão usados nas atividades. O estímulo à participação de adolescentes e de jovens deve estar no centro do processo.

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A mobilização de adolescentes e de jovens para participar é o primeiro ponto importante no uso dos *Indicadores*. Sem elas e sem eles, este processo não tem sentido. Todos os esforços devem ser feitos para estimular esta participação, que vai fazer toda a diferença no processo, trazendo questões fundamentais para provocar a escola a se repensar, além de trazer novas propostas e muita energia para que toda a comunidade escolar enfrente os desafios de construir coletivamente uma educação de melhor qualidade.

A mobilização de outros integrantes da comunidade escolar (profissionais de educação, familiares, funcionárias/os, comunidade etc.) para participar da avaliação também é fundamental em todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para os adolescentes e jovens que estudam, maiores serão os ganhos para a escola, para a sociedade e para a educação do país. O uso dos *Indicadores* pode fortalecer os vínculos entre escola, estudantes, famílias e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, e não somente aqueles mais atuantes no dia a dia da escola. O grupo responsável pela preparação da escola para a avaliação deve usar a criatividade para mobilizar estudantes, familiares, professoras/es, funcionárias/os, conselheiras/os escolares, coletivos juvenis e culturais e outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

³ A Coleção Indicadores da Qualidade na Educação está disponível em www.indicadoreseducacao.org.br.

Algumas possibilidades de estimular essa participação são: faixas na frente da instituição; lambe-lambes (cartazes pregados em espaços públicos); cartas e bilhetes para os familiares; divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TV local e em equipamentos públicos da região, como UBS (Unidade Básica de Saúde), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Conselho Tutelar, entre outros; nas redes sociais e em diferentes espaços da internet; além da discussão prévia da proposta com os estudantes. Especial atenção deve ser dada ao convite para que grupos e organizações locais, entre elas, os coletivos juvenis e culturais, organizações e movimentos sociais existentes na comunidade participem do processo.

A APLICAÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Os *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio* são compostos por sete dimensões, que tratam de questões fundamentais para a qualidade do Ensino Médio:

1. Ambiente educativo e valorização da diversidade juvenil. É a dimensão que introduz e concretiza, por meio de perguntas aos/às participantes, o que significa construir um Ensino Médio de qualidade que dialogue com os adolescentes e jovens e parta do reconhecimento de seus interesses, expectativas, conhecimentos, vínculos afetivos e realidades de vida. Explicita que uma escola de qualidade é aquela comprometida com os direitos humanos e com práticas democráticas no dia a dia: uma escola sem racismo, sem sexismo, sem LGBTfobia e sem discriminações de outras naturezas.

2. Acesso, permanência e conclusão. A dimensão problematiza as condições da escola para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de todos os seus estudantes no Ensino Médio. Ela aborda também como a escola pode identificar e enfrentar as barreiras que levam alunas negras e alunos negros e de outros grupos sociais discriminados a serem mais excluídos da escola.

3. Currículo e proposta pedagógica. A dimensão estimula discussões sobre os conteúdos que a escola prioriza nos processos de ensino e de aprendizagem

e como eles são abordados junto às alunas e aos alunos. O desafio aqui é promover uma escola uma escola que garanta o direito a aprender, levando em conta a realidade, os saberes, as experiências, os jeitos e os diferentes ritmos de aprendizagem de adolescentes e jovens. Uma escola mais sintonizada com os interesses, com a realidade, com os saberes, com as experiências, com os jeitos e com os ritmos de aprendizagem de adolescentes e de jovens. Uma escola que amplie seu currículo, reconheça e valorize efetivamente, junto a suas alunas e seus alunos, as diversidades étnico-racial, regionais, de gênero, de identidade de gênero, das pessoas com deficiências, de pessoas de outros países, de pessoas do campo e das florestas, entre outras diferenças que questionam os padrões dominantes da sociedade.

4. Trajetórias de vida, estudos e trabalho. Aborda o Ensino Médio na relação com outras dimensões fundamentais das trajetórias e dos projetos de vida de adolescentes e jovens. Nesse sentido, trata das relações familiares; da relação com o mundo do trabalho; com o direito a ir além dos bairros e territórios de origem e circular pela cidade, pelo campo, pelo mundo; com a maternidade e com a paternidade juvenis; com a construção de uma cidadania ativa que não se paute pelo consumismo.

5. Profissionais da educação. A dimensão chama a atenção para o papel fundamental das/dos profissionais da educação na construção de um Ensino Médio de qualidade que faça sentido para adolescentes e jovens. Apresenta questões sobre a formação inicial e continuada e as condições de trabalho desses profissionais. Estimula a reflexão sobre a importância da atuação dos profissionais de educação na superação de discriminações, de preconceitos e de violências e em prol da garantia do direito humano à educação “pra valer” de todas as alunas e alunos.

6. Infraestrutura, equipamentos e materiais. A dimensão aborda as condições concretas de funcionamento da escola, como a qualidade do espaço físico e dos equipamentos, a existência de recursos didáticos e paradidáticos e o acesso e o uso de tecnologias digitais, condições básicas para a garantia do chamado padrão de qualidade do ensino⁴.

⁴ O padrão de qualidade do ensino é previsto na Constituição brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ele deve estabelecer as condições básicas de funcionamento que toda escola precisa ter para garantir uma educação de qualidade para seus estudantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei brasileira que define os direitos daquelas pessoas com até 18 anos de idade. O ECA foi definido pela Lei n. 8.069, em julho de 1990. Ela estabelece, por exemplo, o direito de crianças e adolescentes terem uma vida digna, a terem uma família, os procedimentos de adoção, assim como o direito à cultura, à educação e ao lazer, por exemplo.

O Estatuto da Juventude foi estabelecido pela Lei n. 12.852, de agosto de 2013 e garante direitos dos jovens (todos e todas aquelas com idade entre 18 e 29 anos), os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude.

7. Participação e Gestão democrática. A dimensão traz um conjunto de questões que provocam a escola a refletir até que ponto seus processos e condições reconhecem, estimulam e garantem e garantem a participação efetiva dos adolescentes e jovens, das famílias e da comunidade escolar e quais os mecanismos que operam contra isso. Propõe que a escola busque sempre uma articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais, e com outras instituições, com equipamentos públicos da região, setores governamentais e grupos na perspectiva de compor a rede de proteção dos direitos da criança, do adolescente e da juventude, prevista no **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA, 1990) e no **Estatuto da Juventude** (2013).

Cada uma dessas sete dimensões do material reúne um conjunto de indicadores. Cada indicador é composto por duas partes: um pequeno texto que explica o que ele é e um grupo de perguntas bem concretas para o debate com a comunidade escolar. Essas perguntas servem para estimular a comunidade a avaliar os desafios da escola e, posteriormente, construir propostas não só para escola, mas também para a gestão educacional do município e do estado.

1. O sistema de cores

Como já abordado, este material foi elaborado para apoiar a escola de Ensino Médio no diagnóstico dos seus problemas e na busca de soluções para a melhoria do atendimento educacional com qualidade. Para facilitar a avaliação, é proposto que as pessoas participantes do processo atribuam cores às perguntas contidas em cada um dos indicadores. As cores simbolizam a avaliação que é feita. As perguntas referem-se a ações, atitudes ou situações que mostram como está a escola em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta será discutida pelo grupo, composto pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, e receberá uma cor:

- ❖ O **verde** significa que a situação é boa ou satisfatória, indicando que o processo de melhoria da qualidade da escola está em um bom caminho.
- ❖ O **amarelo** evidencia que a situação da escola é regular e merece atenção e cuidado. Passos foram dados, mas ainda há desafios.
- ❖ O **vermelho** significa que, em relação àquela situação, a escola tem muito que caminhar e ainda não enfrentou adequadamente o problema. Nessa situação, a escola precisa agir imediatamente.

As cores atribuídas a cada uma das perguntas ajudarão o grupo a decidir qual é a situação da escola em relação a cada indicador. Por sua vez, para dar uma cor à dimensão, também será importante visualizar as cores atribuídas à cada um dos indicadores. Porém, é necessário observar: não se trata de gerar uma média das respostas para se chegar às cores dos indicadores e da dimensão, nem de contabilizar qual cor é a mais frequente nas perguntas de um determinado indicador. É preciso que essa decisão sobre a cor do indicador e da dimensão seja também debatida democraticamente entre as pessoas participantes.

No próprio material, ao lado de cada pergunta e indicador, há bolinhas em branco que podem ser coloridas pelos participantes com as cores atribuídas pelo grupo, além de espaço para registrar o resultado da discussão sobre cada indicador, ao final das perguntas. É fundamental que essa anotação seja feita com cuidado, pontuando os aspectos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu essa ou aquela cor ao indicador.

No fim do trabalho de cada grupo, a relatora ou o relator terá uma lista de pontos fortes e pontos fracos da escola em relação àquela dimensão. O grupo poderá, então, definir as prioridades da escola para melhorar sua qualidade naquela dimensão, havendo um quadro ao final da dimensão para sistematizar essas preferências.

RETOMANDO OS PASSOS

1. Avaliar as perguntas e colorir as bolinhas conforme a avaliação do grupo.
2. Atribuir, coletivamente, a cor ao indicador.
3. Explicitar as razões da cor atribuída ao indicador.

A publicação dos Indicadores deverá ser retomada a cada uso pela escola. Por isso, é importante registrar os resultados do processo em um relatório para que as informações sejam consideradas na próxima vez que a escola utilizar a metodologia. Lembramos também a importância de preservar a publicação para que ela seja reutilizada quando novamente a escola realizar a autoavaliação participativa.

2. Como conduzir a avaliação com os Indicadores

Para facilitar o diálogo e a reflexão coletiva, nossa proposta é que o conjunto de participantes da comunidade escolar seja dividido em grupos separados por dimensões. Se houver um número grande de pessoas, cada grupo pode se encarregar de uma dimensão. Caso contrário, um mesmo grupo pode trabalhar com duas ou três dimensões, sempre tomando o cuidado com o tempo disponível para discutir mais de uma dimensão. Para viabilizar a participação de todas as pessoas na discussão, é conveniente que os grupos não tenham mais de 10 pessoas.

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO 1

Sugerimos que todos os grupos façam separadamente a discussão da dimensão 1, justamente pelo fato de ela provocar a escola a refletir a sua relação com as/os adolescentes e jovens que estudam ali. Depois, na segunda rodada, cada grupo pode ficar responsável por discutir uma das demais dimensões (2, 3, 4, 5, 6 e 7). Outra possibilidade é organizar, desde o início, seis grupos, cada um com uma das dimensões 2, 3, 4, 5, 6 e 7 e todos eles receberem também a dimensão 1.

Cada grupo deve ser composto por representantes dos vários segmentos da comunidade escolar, elegendo uma pessoa para a coordenação do debate e outra para o registro das discussões e das decisões. A pessoa responsável pela coordenação cuidará, primeiro, para que todas as perguntas sejam respondidas, buscando chegar a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores.

- ❖ A escola também poderá propor que as estudantes e os estudantes se reúnam, antes do processo, com a comunidade escolar para discutirem

os indicadores da dimensão 1 e levar suas ideias e propostas para os demais. Esta ação é bem interessante porque fortalece as/os adolescentes e jovens para participarem ativamente do uso dos *Indicadores* com as demais pessoas.

É primordial que a coordenação do processo garanta a possibilidade de todas as pessoas se expressarem e identifique as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso. Por sua vez, a pessoa dedicada ao registro (relator ou relatora) será responsável por tomar nota das decisões do grupo e expor na plenária o resultado final das discussões, sempre destacando os pontos importantes e polêmicos do debate realizado.

Além de discutir a situação atual da escola, o grupo pode promover um debate sobre como melhorar esse quadro. Com as prioridades de cada dimensão, os grupos estarão prontos para o grande momento da Plenária: o encontro com os demais para ouvir o que cada um tem a dizer e debater sobre o retrato que a comunidade escolar está tirando da escola.

É muito importante que, durante as apresentações dos grupos na plenária, todas as pessoas participantes possam entender o que foi discutido em cada dimensão. As prioridades de ação de cada grupo também devem ser levadas para a plenária.

Algumas dimensões são maiores e outras são menores, portanto, alguns grupos terminam suas discussões antes dos outros. Para que os participantes das dimensões de menor extensão não se sintam desestimulados a esperar pela realização da plenária, pode-se propor que um mesmo grupo discuta duas dimensões.

3. Plenária

Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho deve deixar um quadro-resumo em um local de boa visibilidade para que todas as pessoas possam acompanhar. A exposição dos relatores à plenária deve girar em torno de dois pontos:

- ❖ Apresentação resumida da discussão do grupo e das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores.
- ❖ Relato das prioridades indicadas e das ações propostas para a melhoria da escola.

Após a apresentação de todos os grupos e o esclarecimento de dúvidas na plenária, sugerimos um último debate para a definição final das prioridades, que deverá ser a base para a produção conjunta de um plano de ação.

Com o objetivo de preparar esse plano de ação, muitas das escolas que já usaram a metodologia dos Indicadores da Qualidade na Educação recorrem ao agendamento de uma nova data com a comunidade escolar, pois muitas vezes sua elaboração é inviável no mesmo dia da avaliação.

Há escolas que optam por criar uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar (incluindo estudantes, professores, familiares, funcionários, coletivos juvenis que atuam dentro da escola e outros que atuam na comunidade etc.) para elaborar o plano de ação; ou o próprio grupo que organizou o processo fica responsável pela elaboração de uma proposta de plano e pela discussão da proposta com a comunidade escolar. Nesses dois casos, as reuniões devem ocorrer em outra data, acordada entre todos.

4. Materiais necessários

Cada pessoa participante da avaliação deverá receber uma cópia da ou das dimensões que irá discutir. É importante que as cópias contêm tanto os indicadores e suas perguntas como também os textos explicativos que os acompanham. O ideal é que todas as pessoas disponham de uma cópia do material completo, caso o grupo queira tirar dúvidas. Se isso não for possível, cada participante deve, pelo menos, ter acesso à lista dos indicadores e das perguntas das dimensões que serão discutidas no seu grupo.

- ❖ Cada participante deve receber caneta ou lápis para fazer suas anotações.
- ❖ Cada grupo deve ter um cartaz com o quadro-resumo para que todas as pessoas possam visualizar o resultado da avaliação.
- ❖ Para registrar as cores no quadro-resumo, podem ser utilizados lápis ou canetas nas cores verde, amarelo e vermelho.
- ❖ Para facilitar a manifestação de opiniões quanto às cores atribuídas às perguntas e aos indicadores, podem-se fornecer a cada participante cartões com as cores verde, amarelo, vermelho e branco (este em caso de abstenções). Levantando os cartões durante a reunião do grupo ou na plenária, os participantes manifestam seus votos. Esse procedimento pode facilitar a identificação dos consensos e dos dissensos (questões conflitantes).

5. Participação de estudantes

O uso dos *Indicadores de Ensino Médio* somente faz sentido com a participação ativa dos estudantes. Algumas ideias para estimular a participação de adolescentes e jovens:

- ❖ Falar, em sala de aula e nas rodas no pátio, sobre a importância da avaliação e do processo que está acontecendo para a melhoria da escola.
- ❖ Propor a criação de produções individuais e coletivas (textos, imagens, raps e outros gêneros musicais, vídeos, peças de teatro etc.) sobre a escola e sobre as dimensões da qualidade apresentadas neste instrumento.
- ❖ Discutir a dimensão 1 em rodas de conversa de adolescentes e jovens, envolvendo o Grêmio Estudantil, coletivos juvenis e outras formas de organização dos estudantes.
- ❖ Como já abordado, lembramos também que os próprios estudantes podem ser as pessoas responsáveis por impulsionar o processo de uso dos *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio* na escola, estimulando a participação dos outros integrantes da comunidade escolar e utilizando várias e criativas ideias.

É preciso verificar se na escola há pessoas que necessitam de recursos de acessibilidade, como texto em formato digital, em braille ou em caracteres ampliados. No caso de pessoas daltônicas, que têm dificuldade de identificar as cores, uma solução é substituir essas cores por três diferentes formas: quadrado, triângulo e círculo. Pessoas com outros tipos de deficiência devem receber o apoio necessário para que possam participar do processo.

6. Estimativa do tempo necessário

A duração do processo de utilização dos *Indicadores* costuma variar, podendo ser feita de forma concentrada, em um ou dois dias, ou ser distribuída em um conjunto maior de dias, ou ainda ocorrer por meio de encontros periódicos realizados ao longo de meses. O importante é planejar o começo e o fim do processo, a duração e o objetivo de cada encontro, e estabelecer um prazo para que a avaliação seja concluída e dela resulte a construção

coletiva de um plano de ação, composto por metas viáveis para enfrentar o desafio e alterar a situação identificada.

Há escolas que realizam encontros de meio período para o trabalho com os Indicadores da Qualidade na Educação, outras utilizam um dia inteiro para realizar as discussões com mais tranquilidade e profundidade. Exemplo de programação:

1. Breve rodada de apresentação de todos os participantes (nome, se é estudante/familiar/profissional de educação, integrante da comunidade etc.). Tempo previsto: 30 minutos.
2. Apresentação da proposta para a comunidade escolar com os objetivos do processo e explicações sobre a forma de trabalho com os *Indicadores* e sobre a divisão dos grupos. Tempo previsto: de 30 minutos e 1 hora.
3. Discussão das dimensões nos grupos e seleção de problemas prioritários. Tempo previsto: de 1 hora a 1 hora e 30 minutos.
4. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários. Tempo previsto: até 30 minutos.
5. Plenária (encontro de todos os grupos de trabalho para apresentação das discussões, identificação de conflitos e consensos quanto às cores atribuídas e suas razões). Tempo previsto: de 1 hora e 30 minutos a 2 horas.
6. Construção de consensos sobre os problemas de ordem prioritária. Tempo previsto: de 30 minutos a 1 hora.

Total de horas utilizadas para a discussão: de 4 a 6 horas aproximadamente.

As escolas com mais de um turno podem propor uma discussão por turno, facilitando a participação de mais pessoas, especialmente, as do período noturno. Ou seja, cada turno faz sua avaliação e elabora seu plano de ação. Nesse caso, pode ser necessário um momento para verificar ações comuns em todos os planos de ação.

Escolas muito grandes também podem optar por eleger representantes de estudantes para participar da discussão sobre os *Indicadores* com os demais segmentos da comunidade escolar. Assim, deve-se garantir uma boa discussão na sala de aula e, a partir daí, eleger as/os representantes. Caso a eleição de representantes seja necessária deve ser considerada na

escolha a diversidade de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, presença de pessoas com deficiência entre outras diferenças.

7. Lidando com conflitos

Durante os trabalhos em grupo, é importante que todas as pessoas participem das discussões e das atribuições de cores, evitando que alguém ou algum grupo imponha determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir, respirar e respeitar o que o outro tem a dizer, aproveitando o momento para o diálogo. É fundamental que todas as pessoas sejam preparadas para o debate que se fará em torno da qualidade da escola e para digerir as críticas que possam surgir, buscando o momento adequado para apresentar seu ponto de vista.

Ressaltamos que o processo de escolha das cores deve ser negociado com todas as pessoas que integram o grupo. Caso não haja consenso entre o conjunto de participantes, o grupo pode optar pela mistura de cores ou pelo uso de uma cor diferente para registrar a divergência de opinião, levando-a para a plenária. Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecê-los e lidar com eles de forma madura, negociada e democrática.

8. A construção do plano de ação

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento ajuda a definir e a organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas responsáveis por essas atividades e a prever o tempo e as condições necessárias para sua execução.

O primeiro passo em um planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos saber o que faremos para alcançar os objetivos traçados e, então, de quais recursos (financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar nosso plano em ação.

No nosso caso, o principal objetivo é construir uma escola de Ensino Médio de qualidade. De antemão, sabe-se da existência de uma grande força: os estudantes e a comunidade escolar interessada em apoiar o processo de

avaliação e de melhoria da escola. Mas é possível ainda identificar outras forças e também fraquezas, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas e as fraquezas, controladas.

Difícilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há coisas que acontecem como o previsto, e outras que nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas, sim, que ele exige acompanhamento e avaliação. Assim, é preciso estar atento, corrigindo o que está dando errado e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.

Se a sua escola já tem um projeto político-pedagógico, rememore junto às pessoas participantes suas principais diretrizes, seus objetivos e seus princípios. Caso sua escola tenha seu planejamento já elaborado por participar do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ou de outros programas educacionais, é possível utilizar os *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio* para avaliar, com a comunidade, a qualidade da escola e, em seguida, verificar se o planejamento já realizado está contemplando todas as questões trazidas como resultado da discussão.

Caso a escola não possua um projeto político-pedagógico, esse processo é uma excelente oportunidade para que ela seja elaborada com a participação de toda a comunidade escolar. Escolas que já usaram os *Indicadores* afirmam que este material contribui para a revisão ou até mesmo a elaboração da proposta.

Para facilitar o percurso planejamento-acompanhamento-avaliação, apresentamos como exemplo algumas situações hipotéticas. Uma vez definidas as ações, estabelecidos os prazos e os responsáveis pelas atividades, é importante indicar se as ações são de curto prazo (nos próximos meses), médio prazo (a serem realizadas no ano seguinte) ou longo prazo (a serem realizadas em mais de um ano).

Após realizar uma avaliação com base nos *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio*, a escola chega a uma lista de problemas considerados prioritários. Com o olhar voltado ao objetivo de melhorar a qualidade da escola de Ensino Médio, inicia-se a elaboração de um plano com as ações a serem desenvolvidas para enfrentar cada um dos problemas em ordem de prioridade, os passos para a efetivação dessas ações, seus responsáveis

e os prazos possíveis para cada uma delas. Para que se possa ter uma ideia sobre como proceder, apresentamos aqui como exemplo parte de um plano de ação.

| | |
|------------------|--|
| Dimensão | Ambiente educativo e valorização da diversidade juvenil |
| Indicador | Superação de discriminações, racismos e violências. |
| Problema | Muitas professoras e professores sentem dificuldade de tratar do assunto. Algumas vezes, ouvem piadinhas racistas, sexistas e homofóbicas e não sabem o que fazer. |
| O que fazer | Roda de conversa e formação dos professores sobre racismo e discriminação em cinco reuniões de horário de trabalho coletivo. Realização de uma pesquisa de opinião conduzida pelos estudantes sobre se os adolescentes e jovens da escola já se sentiram humilhados e o que pensam para superar o problema. Com os resultados, promover um grande debate na escola. Lançamento da campanha: “Respeito, eu gosto: nossa escola pode ser diferente”. Levantamento de projetos e de ações de estudantes e professores que podem contribuir para a escola melhorar seu ambiente educativo. Utilização de práticas de justiça restaurativa para lidar com casos de racismo e de outras discriminações. |
| Responsabilidade | Adelaide (coordenadora pedagógica), Lúcio (professor de Língua Portuguesa), Sonia (merendeira) e Jenifer (aluna do segundo ano) |
| Prazo | Maio |

Justiça restaurativa é um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias que visam à conscientização sobre fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violências. A metodologia visa possibilitar que os conflitos que geram dano individual e/ou social sejam transformados por meio da participação dos protagonistas principais (CDHEP Campo Limpo). Existem diversas perspectivas de justiça restaurativa no Brasil e no mundo, várias delas vão além da abordagem focada nas pessoas envolvidas no conflito e buscam promover processos coletivos e institucionais que reflitam as causas sociais que estão na base de vários conflitos e violências.

9. Quando utilizar os *Indicadores*: a autoavaliação como um processo

Nossa sugestão é que a avaliação baseada nos *Indicadores de Qualidade no Ensino Médio* e a elaboração do plano de ação ocorram no início do ano letivo, momento em que tradicionalmente a escola planeja e define o que será feito durante todo o ano. Algumas escolas já utilizaram os *Indicadores* no segundo semestre e também alcançaram bons resultados. Quando

se estabelecem metas de curto, médio e longo prazos, fica mais fácil para a escola distinguir as ações mais simples, que podem ser imediatamente executadas, daquelas mais complexas, que exigem mais empenho e integração.

Recomendamos que esta metodologia seja utilizada a cada dois anos, pois, tão importante quanto a avaliação da qualidade da escola pela comunidade, é o processo de acompanhamento dos resultados, dos limites e das dificuldades encontradas na implementação do plano de ação. É fundamental que o uso dos *Indicadores* seja visto como um processo pelo qual a escola passa, e não como um evento que só ocorre nos dias de avaliação e planejamento.

10. A decisão de compartilhar os resultados da avaliação é da comunidade escolar

A divulgação pública dos dados e dos resultados da autoavaliação escolar por órgãos oficiais não é uma proposta metodológica dos Indicadores da Qualidade na Educação. Nunca se deve utilizar os resultados da autoavaliação para fins de premiação e de punição de escolas ou para fins de comparação e ranqueamento entre as escolas.

A decisão de utilizar a metodologia e de compartilhar seus resultados é da escola, por livre adesão. Processos de autoavaliação devem ser estimulados pela gestão educacional, mas jamais podem ser impostos, caso contrário, geram resultados que não refletem a realidade da escola. O objetivo, com este instrumento, é contribuir para que a comunidade escolar se engaje na luta pela melhoria da qualidade do Ensino Médio.

Sabemos que a busca pela qualidade da educação não é uma responsabilidade somente da escola. Os três níveis de governo — municipal, estadual e federal — têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomendamos que, ao fim das discussões, os grupos sinalizem, entre os indicadores que receberam as cores vermelha e amarela, os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria da Educação e ao Conselho de Educação, por exemplo. Para tanto, a comunidade precisa se organizar e negociar com a Secretaria da Educação para que suas ações passem a integrar os próprios planos de melhoria do Ensino Médio de seu estado, como parte da implementação dos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal.

11. O uso combinado da Coleção Indicadores da Qualidade na Educação

Como dissemos anteriormente, há volumes da metodologia Indicadores da Qualidade na Educação para o Ensino Fundamental, para a Educação Infantil e sobre Relações Raciais na Escola. Os materiais específicos das etapas de ensino — Infantil, Fundamental e Médio — podem ser combinados com o de Relações Raciais na Escola, que busca enfrentar um dos grandes obstáculos (negado e invisibilizado) à garantia do direito humano à educação: o racismo.

Para combinar o uso dos diferentes indicadores, é importante estudá-los antes. São diversas as possibilidades de uso conjunto, como aumentar a quantidade de grupos de discussão, selecionando as dimensões prioritárias para a realidade da escola e de sua comunidade escolar, ou planejar o debate de mais de uma dimensão por grupo.

12. Os Indicadores da Qualidade na Educação e o aprimoramento da política educacional

A partir de 2013, iniciou-se um processo de estímulo do uso da coleção Indicadores da Qualidade na Educação na construção, na revisão e no monitoramento participativo de Planos Estaduais e Municipais de Educação por meio da Iniciativa De Olho nos Planos⁵. Os Planos de Educação são uma lei educacional que estabelece metas para que municípios, estados e o país melhorem o atendimento educacional em um prazo de dez anos.

Em junho de 2014, depois de grande participação social, o país aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n. 13.005/2014). A implementação do PNE vem sofrendo muitas dificuldades em decorrência dos cortes de recursos financeiros das políticas sociais e da atuação de grupos ultraconservadores e ultraliberais contrários à ideia de que a educação de qualidade deve ser um direito de todas as pessoas.

⁵ Com o objetivo de estimular a construção, a revisão e o monitoramento participativo dos Planos de Educação no país, a Iniciativa De Olho nos Planos é promovida por um conjunto de parceiros com reconhecimento na área educacional: Ação Educativa, Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), UNICEF e Instituto C&A. Conheça o portal De Olho nos Planos: www.deolhonosplanos.org.br.

Assim como os outros indicadores, os *Indicadores da Qualidade no Ensino Médio* podem ser usados de forma articulada pelo conjunto das escolas de Ensino Médio de um determinado bairro, território, município, estado ou rede de ensino, contribuindo não somente para a melhoria do atendimento das escolas naquele território, mas também para a construção de propostas que aprimorem as políticas educacionais municipais, estaduais e nacional. As Secretarias de Educação, os Conselhos de Educação e os Fóruns de Educação devem estimular o uso das metodologias de autoavaliação participativa, garantindo condições para que as escolas possam aderir livremente e desenvolver o processo de forma adequada, como proposto pela Iniciativa De Olho nos Planos.

Para saber mais sobre o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação no monitoramento participativo de Planos de Educação e no aprimoramento das políticas educacionais, assista ao vídeo “Monitoramento Participativo De Olho nos Planos”, disponível no portal De Olho nos Planos (www.deolho-nosplanos.org.br).

POR QUE UTILIZAR UMA LINGUAGEM NÃO SEXISTA?

A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios para uma educação de qualidade. Porém, na nossa linguagem, muitas vezes não nos damos conta, e as meninas e mulheres ficam invisíveis.

A noção do gênero masculino como “neutro” na língua portuguesa parte da ideia que o homem é “universal”, é o “padrão”, ele representa a todos. Por exemplo, ao usar de forma genérica os termos masculinos “professores”, “pais” ou “alunos”, podemos não nos dar conta de que, em determinados ambientes escolares, há uma maioria de mulheres. Por exemplo, as mulheres constituem 80% do professorado da educação básica; as mães e as avós constituem a maioria dos familiares que vão a reuniões de “pais”; em vários cursos, as adolescentes e jovens são a maioria, mas falamos “os alunos”.

Por isso, neste material, para reconhecer e quebrar a invisibilidade das meninas, moças e mulheres na linguagem, utilizamos em muitos casos tanto a forma masculina como feminina (como “mães e pais”, e não apenas “pais”) ou marcamos os gêneros em construções como “professores/as”. Em outros momentos, demos preferência para termos verdadeiramente neutros, como “adolescentes e jovens”, “população negra” ou “pessoas com deficiência”. Certamente, esse esforço não dá conta de todas as desigualdades expressas na língua portuguesa, mas é um passo para refleti-las criticamente, desconstruí-las em nossa cabeça em prol de uma linguagem que reconheça as mulheres.

DIMENSÕES E INDICADORES



DIMENSÃO 1

AMBIENTE EDUCATIVO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE JUVENIL

A convivência, os encontros e as interações na escola são talvez aquilo que mais marca a vida escolar, especialmente, de adolescentes e jovens: dos momentos que trazem experiências positivas e boas lembranças àqueles que constituem experiências ruins.

Sentir-se uma pessoa respeitada e acolhida é essencial em qualquer instituição educativa. A forma como as pessoas interagem e convivem e, sobretudo, se respeitam e compartilham valores é central para criar um ambiente educativo prazeroso e motivador, próprio de uma escola comprometida com uma sociedade menos desigual, mais plural e democrática.

Para tanto, entendemos que uma escola de qualidade deve cultivar como práticas cotidianas o estímulo ao diálogo e a formas não violentas de resolver os conflitos, de respeito às diferenças, de promoção da colaboração; atuar contra qualquer discriminação e humilhação; estimular o cuidado das pessoas consigo, com as outras pessoas e com a comunidade na qual se vive.

O respeito à dignidade das estudantes e dos estudantes é fundamental. A experiência da humilhação é algo que marca dolorosamente as trajetórias escolares e constitui obstáculo concreto na garantia dos direitos humanos e, especialmente, do direito humano à educação. Por isso, é necessário que a escola seja firme e ágil na identificação de situações de **racismo**, **sexismo** e **LGBTfobia** ou de qualquer outra forma de discriminação no ambiente escolar.

Abordar pedagogicamente tais problemas implica as educadoras e os educadores a intervir imediatamente na situação, não silenciando diante da discriminação, buscando levar

O racismo é um conjunto de crenças e valores que tem por base o entendimento de que os seres humanos são “naturalmente” desiguais em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas e/ou culturais. O racismo nega a igualdade entre as pessoas e defende que determinados seres humanos são superiores a outros.

O sexismo se refere aos preconceitos e estereótipos relacionados ao sexo ou gênero, que, na nossa sociedade, afetam com mais intensidade meninas e mulheres. A sigla LGBT significa: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O termo busca dar visibilidade aos diferentes grupos e às formas específicas de discriminação que enfrentam, que muitas vezes são mascaradas quando se fala em “movimento gay” ou “homofobia”.

os envolvidos a entender o que está em jogo e a estabelecer formas de reparação quando possível. Outro aspecto para o qual se deve atentar é o acolhimento da pessoa que sofreu a discriminação com escuta ativa e apoio: trata-se de atitude imprescindível para que o adolescente e o jovem humilhado possa se reorganizar internamente, sentir que não está sozinho e compreender que ela ou ele não é o responsável por gerar a situação de discriminação ou violência.

Também é fundamental ir além de uma atuação restrita às pessoas envolvidas nas situações de discriminação e violência. Nesse sentido, é necessário abordar a superação do racismo, do sexismo, da LGBTfobia e de outras discriminações e violências como parte do projeto político-pedagógico da escola, promovendo projetos, reflexões, estudos coletivos que discutam as causas sociais desses problemas como parte do currículo. Processos que possibilitem discutir criticamente em sala de aula e em toda a escola a relação dessas discriminações com as desigualdades sociais, com os padrões do que é considerado “normal” e “certo” na sociedade, e de como podemos atuar coletivamente para prevenir essas situações e transformar a realidade.

A participação de estudantes e de outros membros da comunidade escolar no projeto e nas ações da escola contribui para que todas as pessoas se reconheçam como fundamentais na construção de um ambiente educativo plural de valorização das diversidades e de uma proposta de Ensino Médio que faça sentido para adolescentes e jovens. Um Ensino Médio que considere os interesses, os sonhos, as experiências e os contextos de vida de suas estudantes e de seus estudantes.

INDICADORES

1. **Construção de um Ensino Médio com sentido para jovens e adolescentes**

Por que estamos aqui? Pra que serve o Ensino Médio? O que essa escola tem a ver com a minha vida? Adolescentes

e jovens estudantes do Ensino Médio lidam com o desafio cotidiano de construir respostas individuais e coletivas para essas perguntas, respostas que mudam ao longo do tempo e que vão influenciar profundamente a forma como os estudantes vão se relacionar com a escola. Por isso, o currículo (que trata dos conteúdos que serão abordados na escola) e a proposta pedagógica (que é o jeito como esses conteúdos serão tratados) precisam dialogar com os projetos, com os desejos e com os anseios dos adolescentes e jovens. Em especial, é fundamental ouvir o que estudantes esperam dessa etapa, valorizar o que elas e eles têm a dizer e possibilitar que participem ativamente das tomadas de decisão sobre o cotidiano da escola, o currículo, o projeto pedagógico e as regras de convivência escolar, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude.

- 1. As estudantes e os estudantes gostam de estudar na escola?
- 2. A escola debate os objetivos do Ensino Médio com suas estudantes e seus estudantes?
- 3. A proposta pedagógica da escola leva em consideração o que seus estudantes e suas estudantes esperam do Ensino Médio?
- 4. A opinião de estudantes é levada em consideração para as tomadas de decisão na escola?
- 5. As professoras e os professores informam as/os estudantes sobre quais são as aprendizagens e os conteúdos de todas as disciplinas para aquele ano?
- 6. A escola promove debates com suas estudantes e seus estudantes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude?

2. Reconhecimento da diversidade juvenil

A juventude brasileira é muito diversa. Uma educação de qualidade deve reconhecer e valorizar essas diferenças e, ao mesmo tempo, buscar superar que elas sejam tratadas como desigualdades, questionando um modelo de escola que ainda têm como “aluno ideal” um estudante branco, heterossexual, de classe média ou alta, de família tradicional. Essa transformação da escola se realiza à medida que há práticas democráticas de gestão escolar e se reconhece efetivamente a diversidade de jovens existente no ambiente escolar, valorizando suas especificidades étnico-raciais, de identidade de gênero, de orientação sexual, regionais e territoriais; seus saberes, vozes, experiências, estéticas, necessidades e propostas; seus diferentes formas e ritmos de aprendizagem; suas culturas, corpos e diferentes origens familiares e comunitárias.

Povos e comunidades tradicionais são definidos legalmente como grupos “que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. A definição visa garantir direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Identidade de gênero é a forma como a pessoa se identifica – homem, mulher ou não binário – independentemente do sexo que lhe foi designado ao nascer. As pessoas que se identificam com esse sexo são cis (cissexual ou cisgênero). Pessoas trans são as que, ao longo da vida, não se reconhecem no sexo que lhe foi designado ao nascer. A identidade de gênero é diferente da orientação sexual, que se refere ao(s) gênero(s) pelos quais cada pessoa sente atração sexual.

1. As estudantes e os estudantes podem ir à escola com as roupas, os penteados e acessórios (colar, boné, piercing) que escolhem e com os quais se sentem bem sem sofrer constrangimento por parte de colegas ou profissionais da escola?

2. A escola atende às especificidades e garante o direito à educação de adolescentes e jovens com deficiência?

3. A escola reconhece as/os adolescentes e jovens negros e negras, indígenas e de **populações tradicionais** e do campo como sujeitos de direitos, valorizando e respeitando suas culturas, histórias e modos de vida?

4. A escola trata igualmente adolescentes e jovens com diferentes **identidades de gênero** e orientações sexuais, combatendo qualquer forma de discriminação?

5. A escola valoriza as diferenças corporais (sexo, peso, altura, cor, tipos de cabelos) de suas/seus adolescentes e jovens?

6. Os materiais (livros, apostilas, revistas etc.) e os cartazes que estão nas paredes da instituição mostram que há muitos jeitos de ser jovem?

3. **Superação do racismo e da xenofobia**

Nas escolas, algumas vezes, práticas de discriminação racial e **xenofobia** envolvem estudantes, profissionais da educação e familiares, por meio de agressões, humilhações, piadas, xingamentos, apelidos, violência física etc. Acontece também de maneira mais “sutil” e velada, por meio do isolamento social, da falta de valorização e estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afetos e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de pessoas negras, indígenas e estrangeiros de determinadas regiões do planeta, em especial, originárias da África, da América Latina e do Oriente Médio.

Como diversas pesquisas apontam, o racismo e a xenofobia têm impacto negativo na aprendizagem e no desenvolvimento da autoestima de estudantes. Para a sua superação, é preciso afinar e reeducar olhares para identificar situações que ocorram no cotidiano escolar, bem como reconhecer e valorizar a identidade, a história e a cultura dos diversos povos que formam nossa sociedade multiétnica e multirracial.

1. A escola identifica as situações de racismo contra estudantes negros e indígenas que ocorrem dentro e fora da escola e até mesmo em redes sociais?

2. A escola identifica as situações de racismo, de xenofobia e de outras discriminações contra estudantes que nasceram em outras regiões brasileiras ou em outros países?

3. A escola intervém rapidamente nas situações de racismo e xenofobia envolvendo estudantes, inclusive construindo formas de reparação?

4. A escola promove discussões e projetos coletivos para enfrentar as causas do racismo e da xenofobia e estimular que os estudantes conheçam as **histórias e as culturas afro-brasileiras e dos povos indígenas**, assim como as culturas e as realidades de outras regiões e países?

5. Estudantes e a comunidade escolar conhecem as ações e a legislação de enfrentamento ao racismo e à xenofobia e de promoção dos direitos humanos?

A xenofobia está baseada no preconceito e na crença em estereótipos que levam à aversão, hostilidade ou exclusão de pessoas estrangeiras, principalmente quando são identificadas com uma cultura considerada muito diferente ou inferior. Em geral, é associada ao racismo, pois atinge com mais ênfase estrangeiros/as de grupos étnico-raciais discriminados, em especial, negros e indígenas.

As Leis n. 10.639 e n. 11.645 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiro, africana e indígena e da educação das relações étnico-raciais na educação básica.

Masculinidades e feminilidades são um conjunto de comportamentos e atributos considerados tradicionalmente como características de ser mulher e características de ser homem. Nas sociedades ocidentais, por exemplo, há uma ideia ainda dominante de masculinidade que considera que homens são naturalmente racionais e agressivos e que devem evitar comportamentos considerados tradicionalmente femininos, como demonstração de emoções, afetos, cuidados e reconhecimento das fragilidades. Essa ideia de masculinidade além de oprimir terrivelmente as mulheres, oprime os próprios homens.

Quando uma criança nasce, recebe um nome que normalmente concorda com o sexo que foi atribuído de acordo com a genitália. Para as pessoas trans, o processo de assumir uma identidade de gênero diferente desta passa pela escolha de um nome que esteja de acordo com a sua identificação. Mesmo sem a mudança de nome no registro civil, pessoas trans têm o direito de serem tratadas pelo nome social e de registrar esse nome nos seus documentos.

4. Enfrentamento do sexismo e da LGBTfobia na escola

Há muitos jeitos de ser homem e de ser mulher na sociedade. Porém, inúmeras violências, desigualdades e discriminações revelam a imposição de determinados **modelos de masculinidade e de feminilidade** que oprimem e limitam as possibilidades de expressão da diversidade humana. Esses modelos são chamados de hegemônicos e estão baseados em uma hierarquia, na qual o masculino vale mais que o feminino na sociedade. Violência contra as mulheres e contra a população LGBT; desigualdades salariais e de acesso ao poder em prejuízo das mulheres e, especial, das mulheres negras; imposição de determinados padrões de beleza; responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de crianças e idosos se relacionam com tudo isso.

A escola pode reforçar esses modelos e desigualdades, ou abordá-los de forma crítica, na perspectiva de desconstruí-los no cotidiano escolar em suas diferentes faces. Enfrentar o sexismo e a LGBTfobia na escola requer da equipe escolar capacidade de intervir nos conflitos, de produzir diálogo, de acolher questões e lidar com os diversos desafios para a superação de preconceitos e barreiras.

- 1. As/Os profissionais da escola estão preparados para reconhecer e lidar com casos de discriminação e de violência contra mulheres e contra estudantes LGBT, mesmo aquelas situações que aparentemente se caracterizam como “brincadeira”?
- 2. A escola acolhe e orienta as jovens e os jovens que são vítimas de assédio e violência sexual, discriminação sexista e LGBTfobia e de outras formas de violência de gênero?
- 3. A escola garante a jovens trans o direito à utilização do **nome social**, inclusive nos documentos escolares (matrícula, carteirinha, lista de presença etc.)?
- 4. A comunidade escolar respeita as pessoas trans e travestis?

5. A escola divulga os marcos legais de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento do machismo, do racismo, da LGBTfobia e de outras formas de violência de gênero?

6. A escola promove discussões e projetos coletivos sobre as causas do sexismo, do racismo, da LGBTfobia e das violências de gênero?

5. Respeito e promoção da cultura democrática

A gestão democrática e a participação representam o direito que todas as pessoas têm de tomar parte das decisões que afetam suas vidas e de suas coletividades. A cultura democrática se expressa na capacidade da comunidade escolar de ouvir, debater e valorizar as diferentes vozes, saberes, propostas e experiências possibilitando o exercício da autonomia tanto por parte de profissionais como também por estudantes.

Embora a difícil gestão do cotidiano e a lógica das políticas públicas educacionais muitas vezes produzam processos decisórios centralizados, é importante distribuir o poder de decisão, mostrar a força da diversidade e revelar que muitas vezes ela é marcada por desigualdades e discriminações.

1. A escola é um espaço acolhedor e agradável a todos e todas da comunidade escolar?

2. O diálogo e o respeito entre todas e todos são princípios que organizam o cotidiano escolar?

3. As regras de convivência são construídas de forma dialogada, com participação dos estudantes e das estudantes?

4. As regras de convivência definem as responsabilidades e as consequências para todas e todos, inclusive para os profissionais da escola?

5. Há espaço para manifestar discordâncias em relação às regras de convivência quando determinados grupos ou indivíduos se sentem prejudicados por elas?

6. Quando há conflito, se reconhece que ele existe, as partes envolvidas são rapidamente chamadas e ouvidas e se segue algum protocolo de mediação de conflito?

7. São desenvolvidas ações pedagógicas que estimulam as estudantes e os estudantes a se colocarem no lugar dos outros?

6. **Abordagem da indisciplina, sem exclusão**

Frequentemente, a indisciplina é foco de atenção e preocupação das equipes escolares. A indisciplina deve ser abordada pela escola como uma questão complexa, relacionada a diferentes fatores vinculados ao mundo da escola, da família e da sociedade. Também é importante considerar que o que é indisciplina e desrespeito em um lugar, pode não ser entendido assim em outro. Um bom exemplo disso é a proibição do uso de bonés e de toucas por muitas escolas do país, norma que carece de sentido, desconsidera o universo e as culturas juvenis e é motivo de conflitos entre estudantes e educadores.

É importante levar em conta que, muitas vezes, a quebra e o desrespeito por parte de adolescentes e jovens a determinadas normas e regras de convivência escolares podem ser um ato de resistência (reação) a um modelo de escola autoritário, desinteressante ou que não valoriza diferentes histórias, identidades, belezas e saberes; um pedido de socorro ou de atenção; uma reação a discriminações, a toda uma condição desigual de vida, à falta de perspectivas positivas, às condições de atendimento escolar (salas cheias, baixa qualidade do ensino, falta de profissionais etc.).

O desafio é ir além de colocar “a culpa” nos estudantes e em suas famílias ou de responsabilizar um professor ou professora por solucionar o problema de forma solitária e, coletivamente, buscar caminhos que permitam contextualizar as situações, construir respostas pedagógicas e, conforme o caso, fortalecer

a articulação da escola com outras instituições da rede de proteção de crianças, adolescentes e jovens, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude, entre elas, serviços locais de assistência social, psicologia, saúde, conselhos tutelares etc.

1. A escola identifica se suas condições de funcionamento (salas superlotadas, faltas recorrentes de profissionais, por exemplo) favorecem casos de indisciplina e atua para melhorá-las?

2. A escola busca compreender as razões pelas quais determinados/as estudantes se envolvem frequentemente em situações de indisciplina?

3. Os profissionais da escola realizam ações pedagógicas coletivas para lidar com casos de indisciplinas, evitando estigmatizar as estudantes e os estudantes envolvidos e suas famílias (ou responsáveis)?

4. A escola dialoga com as famílias das/dos estudantes envolvidos em situações de indisciplina, visando construir ações conjuntas e não violentas de superação dos problemas identificados?

5. As profissionais e os profissionais da escola que enfrentam situações de indisciplina recorrentes contam com o apoio da direção e da coordenação pedagógica, não ficando “sozinhas/os” diante das situações?

7. **Superação da intolerância religiosa e garantia de uma educação laica**

A intolerância religiosa é uma realidade em muitas escolas brasileiras, principalmente contra estudantes, familiares e profissionais de educação adeptos de **religiões de matriz africana**, como o candomblé, a umbanda, entre outras. Historicamente, por causa do racismo existente no Brasil, as religiões de matriz africana foram e ainda são desrespeitadas,

Religiões de matriz africana são religiões como o candomblé e a umbanda, que têm origem em religiões tradicionais africanas. No Brasil, se disseminaram com a vinda de negros africanos. São religiões ancoradas na valorização da ancestralidade, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida, e que historicamente são alvo de preconceito e intolerância religiosa.

Segundo a legislação brasileira, a escola pública é laica, ou seja, não é vinculada a religião alguma, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa. Isso significa, de um lado, que a escola não pode impor uma religião a seus estudantes ou profissionais, fazer pregações ou ter um momento de oração, por exemplo. Por outro lado, a escola deve respeitar a religiosidade de estudantes e profissionais, não impedindo ou desrespeitando um estudante que use símbolos da sua religião, por exemplo.

desqualificadas e fortemente reprimidas. Essas religiões têm sido, ao longo dos séculos, espaços de resistência da cultura e da história do povo negro no país. São religiões ancoradas na valorização da ancestralidade, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida. Infelizmente, determinados familiares e profissionais de educação, que usam o seu lugar social para promover crenças religiosas, têm utilizado o espaço da escola para propagar preconceitos e discriminações contra adeptos dessas religiões.

Esse quadro leva, muitas vezes, estudantes vinculados às religiões de matriz africana a negarem seu credo, a sofrerem profundamente com a discriminação e violência cotidiana, a terem o desempenho escolar e a construção de sua autoestima prejudicada e, até mesmo, a abandonarem a escola. É importante lembrar que, segundo a legislação brasileira, a **escola pública brasileira é laica**, ou seja, não é vinculada a nenhuma religião, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa e de todas aquelas e aqueles que não professam nenhuma religião.

1. A escola reconhece que existem diferentes religiões em sua comunidade escolar e que há pessoas que não professam religião alguma?
2. A escola proíbe que o horário de aula seja utilizado para a realização de orações e rituais de determinadas religiões?
3. Em caso de discriminação religiosa na escola, os profissionais de educação intervêm na situação para refletir coletivamente com a turma sobre as causas do problema?
4. Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminação contra estudantes, profissionais de educação e familiares por razões religiosas?
5. Estudantes, profissionais de educação e familiares vinculados a religiões de matriz africana são respeitados/as mesmo quando utilizam adereços religiosos?
6. Utilizam-se sem restrições atividades e materiais pedagógicos (livros, músicas e materiais visuais) que abordam a

mitologia, a cultura e a história afro-brasileira e indígena, previstos na LDB alterada pelas Leis n. 10.639 e n. 11.645?

8. Amizades, relacionamentos e afeto

É impossível pensar a educação como um processo meramente intelectual, sendo, portanto, necessário considerar que um ambiente favorável às aprendizagens é um ambiente que promove condições para o desenvolvimento de amizades, relacionamentos e afetos. Ali estudantes passam um tempo significativo de suas vidas. Vale lembrar que o Ensino Médio é uma etapa predominantemente vinculada aos adolescentes e jovens, que vivem um momento especificamente rico do ponto de vista da sociabilidade, da construção de suas identidades e da sua sexualidade. Mais do que controlar, é interessante que a escola dê suporte para que seus alunos e alunas vivenciem tais dimensões de forma saudável, sem prejuízos às demais finalidades a que se propõe.

- 1. A escola garante as condições para que os próprios estudantes organizem grupos, encontros, rodas de conversa e outros momentos de interesse juvenil no espaço escolar?
- 2. As/Os estudantes podem namorar na escola?
- 3. Casais do mesmo sexo podem andar de mãos dadas e demonstrar afeto dentro da escola?
- 4. A escola estimula o diálogo entre estudantes de diferentes idades do Ensino Médio, valorizando as diferenças e promovendo o respeito e a interação?



DIMENSÃO 2

ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

Ainda é um grande desafio para as escolas e para a política educacional brasileira garantir que todas e todos adolescentes e jovens do país cheguem ao Ensino Médio, nele permaneçam, aprendam coisas que façam sentido para suas vidas e concluam essa etapa do ensino. Como parte desse desafio, é importante considerar que, desde 2009, a Emenda Constitucional n. 59 tornou obrigatório no país que todos os estudantes de 15 a 17 anos devem estar na escola, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

Apesar da ampliação do acesso às vagas no Ensino Médio nas últimas décadas, uma parcela muito significativa da população que deveria frequentar essa etapa da escolarização básica ainda está fora da escola. Identificar quais são os/as estudantes que deixaram de frequentar a escola e compreender os motivos da evasão devem ser tarefas da gestão escolar e da gestão educacional, a serem desenvolvidas com o envolvimento da comunidade escolar.

Com base nesse diagnóstico, é possível buscar coletivamente caminhos para o enfrentamento do problema: desde ações que a escola poderá desenvolver em parceria com os próprios adolescentes e jovens, famílias, serviços públicos e organizações da comunidade, até outras que demandarão a ação das Secretarias de Educação e propostas para as políticas públicas.

Nesse sentido, esta dimensão propõe que a comunidade escolar como um todo participe do diagnóstico e da construção das estratégias de enfrentamento dos problemas que afetam o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Médio, levando em consideração a diversidade da população adolescente e jovem e suas demandas, necessidades formativas e realidades familiares.

INDICADORES

1. Condições de mobilidade e de transporte escolar

As condições de mobilidade impactam de diferentes formas a realidade do Ensino Médio. No meio rural ou nas regiões florestais, lugares onde a quantidade de escolas de Ensino Médio é bem menor, contar com serviços de transporte escolar é fundamental por conta das distâncias e da eventual ausência de linhas públicas comuns. No meio urbano, o preço das passagens de ônibus, trem ou metrô, o tempo e tamanho dos deslocamentos muitas vezes se tornam grandes obstáculos para o acesso e a permanência na escola. Além disso, conforme a realidade local e as condições de segurança, a escola pode estimular deslocamentos mais saudáveis e econômicos, como o uso de bicicleta, por exemplo.

1. A escola comunica a todas e a todos os estudantes como ter acesso ao direito ao transporte até a escola, seja em transporte escolar ou outros tipos de transporte público?

2. A escola conhece quais estudantes enfrentam dificuldades para frequentar as aulas em decorrência de problemas de acesso ao transporte?

3. A escola acolhe e encaminha para órgãos competentes queixas sobre ausência ou má qualidade da oferta de transporte público, monitorando essas situações e buscando alternativas para as estudantes e os estudantes não terem prejuízo na sua escolarização?

4. Os meios de transporte utilizados pelos estudantes estão integralmente de acordo com a legislação vigente sobre transporte escolar, com número adequado de passageiros e condições de segurança e acessibilidade a estudantes com deficiência?

5. A escola possui bicicletário e estimula deslocamentos por modos ativos (a pé, bicicleta e outros) em condições adequadas de segurança?

2. Oferta de ensino noturno de qualidade

Embora cumpra um papel fundamental de assegurar o direito à educação para os estudantes que trabalham ou que, por alguma outra razão, não podem frequentar as aulas no período diurno ou que preferem estudar à noite, o Ensino Médio noturno, em muitos lugares do país, é marcado por um ensino de pior qualidade que o ensino diurno. Sua oferta se dá, em muitos casos, sem condições físicas adequadas, sem espaços próprios e sem que professores e alunos possam utilizar outros locais da escola, como bibliotecas e laboratórios. Soma-se a isso a falta de determinados serviços, como limpeza e apoio pedagógico e administrativo, alta rotatividade de professores e um elevado número de docentes com formação inadequada para a disciplina lecionada. É preciso aprimorar o atendimento aos estudantes do Ensino Médio noturno, tendo em vista as especificidades de suas realidades de vida e trabalho, em prol da garantia do direito humano à educação de qualidade a todas e todos adolescentes e jovens independente do período em que estudam.

1. A escola garante turmas de Ensino Médio em diferentes turnos de acordo com a demanda da população, inclusive no período noturno?

2. São garantidas condições para que as estudantes e os estudantes do período noturno concluam o Ensino Médio, como: professores para todas as disciplinas, salas e banheiros abertos e limpos, equipamentos e recursos didáticos, merenda, secretaria escolar aberta, entre outras?

3. A escola leva em conta os diferentes perfis de adolescentes e jovens que frequentam o período noturno, respondendo às necessidades e às expectativas delas e deles?

4. Os estudantes do período noturno desenvolvem as mesmas habilidades e têm acesso aos mesmos conhecimentos que os estudantes dos demais períodos da escola?

3. Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência

No Brasil, são muitas as barreiras que as estudantes e os estudantes com algum tipo de deficiência enfrentam para ter o seu direito garantido de frequentar a escola, mas é no Ensino Médio que essas dificuldades se tornam ainda maiores. Embora o número de alunos com algum tipo de deficiência no Ensino Médio tenha triplicado nas escolas públicas e particulares do país nos últimos dez anos, o Ensino Médio é a etapa que tem menos alunos com deficiências incluídos proporcionalmente. Entre os desafios para a maior inclusão dos alunos com deficiências, consta a falta de profissionais de educação com formação adequada para o atendimento, a falta de salas multifuncionais, de atendimento educacional especializado e de acessibilidade nos prédios escolares, entre outras condições necessárias previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos voltados para garantir a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotados.

O termo “tecnologia assistiva” abrange equipamentos (e o apoio para seu uso) que permitem a participação de pessoas com deficiência. Isso inclui softwares que leem o que está escrito na tela do computador para pessoas cegas, monitores ou lentes que aumentam a visualização para pessoas com baixa visão, mouses adaptados para o uso de pessoas com limitações motoras, entre outros recursos.

1. Os recursos didáticos são adequados e estão em formato acessível para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência?
2. As professoras e os professores recebem formação adequada para atender às necessidades específicas e valorizar os conhecimentos e experiências de estudantes com deficiência?
3. As estudantes e os estudantes com deficiência contam com atendimento de profissional(is) do **Atendimento Educacional Especializado** (AEE)?
4. Os espaços e os ambientes da escola apresentam condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, tais como rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados, por exemplo?
5. As professoras e os professores da escola têm à disposição e utilizam de forma adequada os recursos de **tecnologia assistiva** e salas multifuncionais para atender estudantes com deficiência?

6. As profissionais e os profissionais da escola estão preparados para lidar com pessoas com deficiência, sejam elas familiares ou responsáveis, estudantes e outros/as profissionais da rede?

4. Acompanhamento das faltas e enfrentamento da evasão escolar

Procedimentos regulares de controle de faltas, a busca ativa daquelas e daqueles que estão se ausentando, o diagnóstico dos motivos da **evasão escolar** e o trabalho em rede com outros serviços públicos e entidades da sociedade civil devem ser considerados como parte de estratégias que possibilitem acompanhar, apoiar e trazer de volta alunas e alunos aos espaços escolares. Várias são as razões que levam estudantes a sair da escola: condições econômicas da família, um ensino que não desperta interesse, a necessidade de trabalhar, situações de racismo e discriminação, gravidez, não se sentir “capaz” de aprender, violência doméstica, problemas de saúde ou moradia etc. Uma condição fundamental para que as estratégias tenham chance de sucesso é a capacidade de escuta ativa e de diálogo da equipe escolar com os adolescentes e jovens, sem julgamentos ou culpabilização, na perspectiva de que a escuta e o diálogo também contribuam criticamente para o aprimoramento do próprio atendimento escolar.

1. A direção escolar acompanha a situação daqueles estudantes com faltas recorrentes, buscando estabelecer o diálogo com os adolescentes e os jovens sobre os motivos da ausência?
2. A direção escolar comunica à família ou a outro adulto responsável sobre as faltas recorrentes de estudantes?
3. A escola promove diferentes estratégias para dialogar com adolescentes e jovens que abandonaram a escola ou que estão com muitas faltas para entender as causas dessa situação?

A evasão escolar acontece quando um aluno deixa de frequentar a instituição antes de concluir os estudos. Isso pode acontecer por uma série de questões, como as condições de vida das famílias, projetos pedagógicos das escolas que levam ao desinteresse dos estudantes, a necessidade de trabalhar, gravidez, conflitos no ambiente escolar. É importante que a escola tenha espaços e mecanismos para identificar a evasão e suas causas, agindo para enfrentar o problema.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define que o atendimento dos direitos seja feito por uma rede de proteção social, ou seja, um conjunto articulado de ações, serviços e equipamentos públicos, governamentais ou não governamentais. Isso inclui a assistência social, a proteção jurídica, o atendimento médico e psicossocial, entre outras políticas para a garantia dos direitos.

- 4. A escola atua conjuntamente com o Conselho Tutelar em casos de evasão?
- 5. A escola desenvolve atividades para compensação de ausência e outras estratégias pedagógicas para trazer de volta aquelas e aqueles estudantes que faltam com justificativa?
- 6. A direção da escola busca identificar quem são os adolescentes e os jovens de 15 a 17 anos que não estão estudando na sua região e quais fatores influenciam essa realidade?
- 7. A direção da escola atua conjuntamente com a **rede de proteção social** para promover a volta aos estudos de adolescentes e jovens que estão fora da escola na sua região?

5. **Garantia das condições materiais de permanência**

Embora a questão da permanência seja impactada por aspectos variados e de diversas naturezas, uma dimensão bastante concreta que dificulta ou até inviabiliza a permanência de estudantes na escola diz respeito às condições materiais, que vão da alimentação ao acesso a materiais escolares e a livros didáticos, até exigências que impliquem custos para estudantes e suas famílias que impeçam seu acesso às atividades escolares.

- 1. Estudantes recebem livros didáticos para todas as disciplinas?
- 2. A escola garante a gratuidade em todas as suas ações, não cobrando taxas de material ou qualquer outra taxa das famílias ou dos estudantes?
- 3. A escola garante aos estudantes uma alimentação saudável e variada com os recursos destinados à merenda escolar, inclusive para estudantes do período noturno?
- 4. A secretaria escolar, a cantina, a biblioteca, a sala de informática e os demais espaços da escola funcionam adequadamente durante todo o período de aulas, inclusive no noturno?

5. Há vestiário, com chuveiros, disponível para estudantes trabalhadores/as do período noturno?

6. A escola não faz exigências nem cria algum tipo de constrangimento às estudantes e aos estudantes em relação às suas vestimentas que possa fazê-los deixar de frequentar a escola?

6. **Superação de práticas institucionalizadas de exclusão**

Em muitas escolas, existem regras, procedimentos e exigências que favorecem a exclusão escolar. Em nome da disciplina, de preconceitos, do desempenho escolar ou de outras razões, são adotadas determinadas regras sem a devida reflexão sobre o seu significado e os que elas podem acarretar na vida de alunas e alunos, principalmente daqueles vinculados a grupos mais discriminados ou em situação de vulnerabilidade social. Regras que excluem por causa da vestimenta, do comportamento, da pontualidade, sem se ouvir as alunas e os alunos e compreender o contexto das situações. Regras que segregam, isolam, humilham ou estimulam a transferência para o turno da noite ou para outras escolas de alunas e alunos com mais dificuldades: sejam de aprendizagem ou de disciplina. Regras que impõem um determinado padrão do que é certo e errado, seja em relação à roupa, à sexualidade, ao cabelo, aos tipos de famílias etc. É necessário permanentemente refletir sobre o sentido das regras, procedimentos e exigências escolares, para que elas sejam construídas e atualizadas coletivamente e estejam a serviço da garantia do direito humano à educação de todos os alunos.

1. A escola mistura estudantes com diferentes perfis, evitando formar turmas com somente um tipo de característica (de desempenho ou de comportamento, por exemplo)?

2. A escola garante o direito à educação de todas as estudantes e todos os estudantes, não expulsando nem induzindo

que alguns sejam transferidos para outras escolas ou outros turnos?

3. A escola busca ativamente estratégias de não exclusão, não suspendendo estudantes de participarem das aulas?

4. Há regras discutidas com as alunas e os alunos e compartilhadas na escola sobre qual a tolerância, as justificativas e os procedimentos em caso de atrasos na entrada das aulas?

7. **Transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio**

A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é um momento delicado na vida de muitos adolescentes e jovens, repleto de expectativas, perguntas e inseguranças, marcando um verdadeiro rito de passagem. É essencial que a escola cuide de forma adequada dessa passagem, combatendo práticas de humilhação, discriminação e violência, em prol do devido acolhimento aos adolescentes e jovens ingressantes para que eles se sintam valorizados e estimulados a participar ativamente da vida escolar. Atenção especial deve ser dada no envolvimento dos demais estudantes, para que se sintam sujeitos da acolhida e do processo de integração dos novos alunos e alunas na escola.

1. A escola e a família atuam conjuntamente para garantir o acolhimento dos estudantes no primeiro ano do Ensino Médio?

2. A escola promove atividades de integração entre estudantes do primeiro ano e professores/as do Ensino Médio no início do ano letivo?

3. A escola promove atividades de integração entre estudantes ingressantes e os demais estudantes do Ensino Médio?

4. A escola intervém de forma imediata em casos de humilhação, discriminação e violência de estudantes contra estudantes ingressantes?

8. **Atenção às potencialidades dos/das estudantes**

O público atendido pelo Ensino Médio no país é cada vez mais heterogêneo e diverso, tanto no que diz respeito às condições socioeconômicas quanto em relação à idade, aos pertencimentos étnico-raciais, às origens regionais e de outros países, à identidade de gênero e à orientação sexual, às dificuldades, às potencialidades e aos jeitos de aprender, entre outros aspectos. Assim, a escola de Ensino Médio precisa estar preparada para lidar com uma realidade cada vez mais complexa. Adolescentes e jovens têm necessidades diferentes, e o processo de construção de conhecimento é diverso. Conhecer as potencialidades e os desafios de cada estudante é algo fundamental na construção de estratégias pedagógicas que estimulem a aprendizagem, ao passo que focar a atenção somente nas dificuldades, com base em uma visão idealizada do aluno, pode rebaixar a expectativa de estudantes acerca de suas possibilidades e contribuir para com o desinteresse deles pela escola.

- 1. Os profissionais da escola têm boas expectativas em relação às estudantes e aos estudantes que chegam à escola ou à nova série a cada ano?
- 2. As professoras e os professores acreditam que todas/os as/os estudantes são capazes de aprender?
- 3. Há preocupação dos profissionais da escola em motivar todas as estudantes e todos os estudantes a aprender?
- 4. A escola oferece horários de atividades de reforço e de atendimento de dúvidas para estudantes?
- 5. A escola garante um atendimento mais individualizado a estudantes com maior dificuldade de aprendizagem?
- 6. A escola estimula os estudantes a desenvolverem atividades de pesquisa, inclusive fora do período de aula?

9. Conselho de Classe comprometido com a garantia do direito à educação

Os Conselhos de Classe são instâncias escolares existentes em várias redes de ensino no país responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e de avaliação do ensino e da aprendizagem de cada estudante. Criados no Brasil durante a ditadura militar, os Conselhos de Classe tiveram suas legislações estaduais e municipais reformuladas posteriormente com base na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a fim de enfatizar seu caráter democrático e de compromisso com a garantia efetiva do direito à educação de todas/os as/os estudantes. Porém, na prática, muitos conselhos de classe pelo país funcionam como instâncias de “juízo” de alunas e alunos, de culpabilização de estudantes e de suas famílias, não levando a escola a se repensar e aprimorar o trabalho pedagógico em prol da aprendizagem de alunas e alunos.

1. O Conselho de Classe tem regras nítidas e conhecidas de funcionamento?

2. O Conselho de Classe é um instrumento de garantia do direito à educação, não sendo utilizado para punir e excluir da escola estudantes considerados indisciplinados e que apresentam dificuldades na aprendizagem?

3. O Conselho de Classe reconhece o tempo e as conquistas de cada estudante por meio de avaliação contínua e processual?

4. O Conselho de Classe contribui para que a escola se repense e aprimore suas estratégias de garantia do direito à educação de suas alunas e seus alunos?

5. O Conselho de Classe propõe mudanças concretas nas práticas e nas estratégias pedagógicas de professoras e professores?

DIMENSÃO 3

O CURRÍCULO E A PROPOSTA PEDAGÓGICA

Refletir sobre o currículo e a proposta pedagógica é algo fundamental para a construção de um Ensino Médio de qualidade. De modo geral, o currículo define os temas, os conteúdos, os valores e as questões que serão abordados pela escola. A proposta pedagógica trata de como tudo isso será trabalhado junto com as alunas e os alunos e pelo conjunto da escola para gerar aprendizagens importantes, que façam sentido na vida das pessoas. O currículo e a proposta pedagógica devem estar sintonizados com o **projeto político pedagógico** da escola, que é o documento que define os grandes objetivos e compromissos da escola.

Há uma crítica de que a ideia de currículo, presente na maioria das escolas, é conteudista (ou seja, estimula somente que os alunos memorizem conteúdos, muitas vezes sem saber o porquê) e centrada em uma visão eurocêntrica de mundo (ou seja, acha que tudo o que vem de países da Europa e também dos Estados Unidos é sempre mais importante do que o que vem das demais regiões do planeta). Isso leva a que grande parte das culturas humanas, principalmente as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, seja pouco reconhecida ou, quando muito, tratada como algo exótico, estranho, fora do “normal”.

As professoras e os professores têm de estar atentos para que o currículo não alimente desigualdades e discriminações sociais, raciais, de gênero, regionais, contra a população LGBT, contra a população do campo, entre outras. Por outro lado, a proposta político-pedagógica — que é o jeito de como a escola vai trabalhar o currículo com os alunos e as alunas — muitas vezes é elaborada sem considerar a diversidade presente nas escolas, os conhecimentos e saberes dos adolescentes e

O projeto político pedagógico é um documento de referência da escola que orienta a gestão, a realização de atividades, o currículo, as práticas educativas dentro e além da sala de aula etc. Ele deve ser elaborado e revisto periodicamente com a participação da comunidade escolar.

jovens e de suas famílias, contribuindo para inferiorizar uma grande parte da comunidade escolar.

É necessário considerar que cada passo dado dentro da escola é um momento de aprendizado individual e coletivo. Para garantir esse processo contínuo de formação, é preciso que a instituição de Ensino Médio esteja preparada e organizada para proporcionar a autonomia e o pensamento crítico aos seus estudantes e também aos seus profissionais. Portanto, as práticas educativas são elementos centrais da proposta pedagógica da escola e, de forma articulada e integrada, devem ser periodicamente foco de reflexão, planejamento, monitoramento e avaliação.

Focar a prática no desenvolvimento integral desses adolescentes e jovens significa conhecê-los, enxergar suas marcas e diferenças, suas dificuldades e potencialidades. Significa também estabelecer condições e ambientes favoráveis a que todas e todos falem e opinem, discutam aspectos centrais de suas vivências dentro e fora da escola, de modo que os profissionais da escola possam melhorar o desempenho no exercício de suas funções e os estudantes possam aprender cada vez mais e com autonomia.

INDICADORES



1. **Valorização de conhecimentos, experiências e expectativas dos/das estudantes**

Não existe instituição de ensino isolada. Toda escola está inserida num determinado contexto. É uma ilusão crer, por exemplo, que a mesma proposta de escola pode ser implantada em lugares distintos do Brasil. As condições socioeconômicas e as culturas variam, ainda mais num país tão grande e complexo como o Brasil. Não precisamos sair de uma mesma cidade para perceber como os contextos econômicos, sociais e culturais apresentam diferenças significativas de acordo com a região.

Aspectos como esses não podem ser ignorados por aqueles que pensam a educação de uma forma inclusiva e democrática. Para dar mais um exemplo: uma coisa é alfabetizar meninos e meninas de um bairro de classe média e alta de uma capital; outra é alfabetizar meninos e meninas da zona rural do estado. A escola não pode virar as costas para a realidade social da sua comunidade no momento de pensar suas práticas educativas.

- 1. As alunas e os alunos sentem que estão aprendendo na escola?
- 2. A escola leva em conta as experiências e os conhecimentos que os estudantes acumularam dentro e fora da escola para abordar o conteúdo das disciplinas e das áreas de conhecimento?
- 3. A escola considera as experiências e conhecimentos existentes nas famílias e na comunidade para abordar conteúdos das disciplinas e das áreas de conhecimento?
- 4. A escola oferece disciplinas ou cursos optativos livres fora da programação semanal de aulas?

2. **Existência de um projeto político pedagógico contextualizado**

A elaboração do projeto político pedagógico é um momento fundamental para a definição coletiva do sentido e dos objetivos do trabalho escolar. Esse é um documento que declara as intenções e direciona o trabalho da escola na formação das/dos estudantes. Portanto, é necessário que sua elaboração e/ou revisão sejam resultado da articulação entre as definições estabelecidas pelas políticas públicas e o contexto de sua aplicação. Nas situações em que professoras/es, equipes gestoras, famílias e estudantes debatem o que, como e para que se vai ensinar, ao longo do Ensino Médio, o projeto passa a ser um compromisso compartilhado, ao qual todas e todos podem recorrer para pensar propostas de trabalho em prol do direito à aprendizagem.

- 1. A escola tem autonomia para conceber e desenvolver seu projeto político pedagógico?
- 2. A comunidade escolar participou da construção e participa da revisão periódica do projeto político pedagógico da escola?
- 3. As condições de vida e a realidade das estudantes, dos estudantes e de suas famílias (ou responsáveis) são levadas em consideração pelos profissionais da escola no desenvolvimento da proposta político-pedagógica?
- 4. A comunidade escolar participa da definição de qual língua estrangeira moderna é ensinada obrigatoriamente a todos os estudantes?
- 5. A direção e a coordenação pedagógica garantem que a proposta político-pedagógica seja considerada elemento central do planejamento anual da escola, inclusive do trabalho feito em sala de aula?

3. **Conhecimento e respeito à legislação**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude são marcos legais que declaram direitos e orientam práticas. Interessa que adultos em geral e profissionais das escolas em especial respeitem e façam valer os direitos anunciados nesses marcos. Interessa que adolescentes e jovens conheçam os seus direitos e reflitam como avançar coletivamente na concretização desses documentos em seus contextos de vida. Para isso, é preciso conhecer, debater e tomar esses documentos esses documentos vivos no currículo escolar.

- 1. As estudantes e os estudantes conhecem e discutem qual é o papel do Ensino Médio previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional?
- 2. A proposta pedagógica e o planejamento anual da escola consideram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?

- 3. O planejamento de professoras e professores levam em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?
- 4. Os estudantes conhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?
- 5. A proposta pedagógica da escola está comprometida em tornar realidade o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude?

4. **Educação, diferenças e ação afirmativa**

Educação de qualidade é um direito e não pode ser privilégio de determinado grupo social. Daí a importância de se verificar se as instituições de ensino estão comprometidas em garantir esse direito aos diferentes grupos que compõem a sociedade, sem discriminações de nenhuma ordem. Da mesma forma que uma escola deve visar à inclusão, ela tem de estar comprometida com a formação de indivíduos críticos, responsáveis e dispostos a conviver com as diferenças, sejam elas quais forem: étnicas, raciais, de classe ou gênero. enxergar o outro como indivíduo dotado dos mesmos direitos deve estar no centro das preocupações de qualquer instituição escolar. Mas não basta que essa vocação cidadã da escola se restrinja a uma mera disposição ou declaração. Isso deve se traduzir em ações, práticas pedagógicas; deve estar nos desenhos curriculares, planos de aula, temas, palestras, nas paredes e muros da escola etc. Se é possível afirmar que ninguém nasce racista, homofóbico ou sexista (ou seja, o preconceito é da ordem do aprendido em sociedade), é correto pensar que qualquer tipo de preconceito pode ser desconstruído. Basta criar condições para que isso seja possível. E é por isso que, na escola, a educação para o reconhecimento dos direitos humanos de todas as pessoas deve estar na ordem do dia.

- 1. O trabalho da escola está comprometido em tornar realidade a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana

Nossa sociedade é marcada por desigualdades, que se somam e se entrelaçam. Gênero, raça e sexualidade são alguns dos principais marcadores que dão base a várias desigualdades, discriminações e violências vividas pelas pessoas. Por exemplo, se olharmos a situação no mercado de trabalho, há uma desigualdade entre homens e mulheres. Mas, entre os homens e entre as mulheres, há também uma desigualdade racial. Os melhores postos de trabalho são ocupados por homens brancos, seguidos por mulheres brancas, depois homens negros e, por fim, mulheres negras.

e afro-brasileira e indígena, como previsto na LDB alterada pelas Leis n. 10.639 e n. 11.645?

- 2. A escola desenvolve ações para promover a **igualdade de gênero, raça e sexualidade** na escola?
- 3. A escola garante o direito à educação de adolescentes e jovens de outras nacionalidades, independentemente de estarem em situação regularizada no Brasil?
- 4. A escola garante o direito à educação de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas?
- 5. Os direitos humanos são abordados no currículo da escola por meio de projetos, conteúdo das disciplinas e dos diferentes espaços de discussões da escola?
- 6. A escola estimula a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por estudantes surdos e ouvintes?
- 7. As desigualdades sociais e econômicas brasileiras são assuntos debatidos em sala de aula e também em projetos?

Perguntas opcionais

- 8. Se a escola atende a população quilombola, indígena e do campo, ela considera em seu planejamento a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação do Campo, de Educação Indígena e de Educação Quilombola?
- 9. Se a escola atende a população em itinerância (famílias circenses, ciganas, trabalhadores do campo etc.), ela considera em seu planejamento a implementação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Educação Escolar de Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Itinerância?

5. **Desenvolvimento e estímulo à curiosidade e ao pensamento crítico**

Com alguma frequência, pensamos e agimos sem nos questionar sobre a origem desse pensamento ou ação. Algumas pessoas se questionam mais, outras menos, e é comum

encontrar pessoas que jamais põem em dúvida suas “verdades”. “Verdades” podem ser políticas, religiosas, científicas etc. Durante séculos, uma “verdade” incontestável das civilizações ocidentais foi a de que a Terra estava no centro do Universo. Hoje sabemos, devido ao avanço da Física, que isso é falso. Mas, ao longo da história, muitas pessoas foram punidas ou tiveram que pagar com a própria vida simplesmente por não concordarem com algumas “verdades” estabelecidas. Por meio da vivência e da interação com o mundo, vamos incorporando “verdades”, e é sempre importante que nos questionemos sobre elas.

Não faltam exemplos na história da humanidade de genocídios e perseguições resultantes da reprodução mecânica e sem reflexão de “verdades”. O fascismo e o nazismo, por exemplo, basearam-se (e, infelizmente, ainda se baseiam) em ideias equivocadas sobre a superioridade de determinado grupo racial e étnico. Por isso, é importante que a escola, como instituição formadora de indivíduos críticos, nunca se furte ao papel de pôr em xeque determinados conhecimentos “engessados” que constituem o que se chama de senso comum. Quando supomos que uma ideia está pronta e acabada, é sempre bom que a transformemos em objeto de reflexão: qual a sua origem e a quais interesses ela atende? Estimular a pesquisa, a curiosidade, a dúvida e o debate sobre diferentes formas de explicar um mesmo fenômeno ou questão, portanto, deve ser prioridade de qualquer instituição de ensino.

- 1. A escola estimula a curiosidade e a vontade de saber cada vez mais de seus estudantes?
- 2. A escola estimula a capacidade de reflexão crítica, de argumentação e de pesquisa de seus estudantes, indo além do senso comum?
- 3. A escola estimula a criatividade de seus estudantes por meio de diferentes linguagens e formas de se expressar (escrita, dança, artes plásticas, saraus, vídeos, GIFs, debates, peças teatrais, músicas, pesquisa, etc.)?

- 4. As atividades realizadas pelas/pelos estudantes desenvolvem a autonomia, promovendo exercícios que favorecem escolhas pautadas em informações e reflexões?
- 5. As atividades realizadas pelas estudantes e pelos estudantes estimulam a solidariedade e a cooperação entre si?
- 6. As atividades realizadas pelas/pelos estudantes estimulam a solidariedade entre povos do mundo?

6. **Aprimoramento dos métodos de ensino e das estratégias didáticas**

A didática trata das técnicas e dos métodos que professoras e professores devem utilizar para facilitar e tornar mais significativas as aprendizagens de seus estudantes. Quanto mais as professoras e os professores estudarem e pesquisarem propostas didáticas e trocarem com os colegas suas experiências — suas aprendizagens, desafios, dificuldades —, mais possibilidades terão de alcançar a compreensão e o sentido daqueles ensinamentos para cada estudante. A construção de estratégias didáticas adequadas por parte de professoras e professores exige investimento permanente, exige conhecer os adolescentes e jovens com quem vai trabalhar (suas potencialidades, dificuldades e limites), exige pesquisar e criar estratégias didáticas que possibilitem que os processos de ensino e aprendizagem gerem uma comunidade de aprendizagem em sala de aula, alimentem a confiança entre professores e estudantes e estimulem o interesse de adolescentes e jovens na aprendizagem. Nessa construção, é necessário reconhecer também que não necessariamente uma estratégia didática que obteve sucesso para um grupo ou para um estudante vai funcionar com outros. Esse é um dos principais desafios do trabalho docente que deve instigar professoras e professores a pesquisar sempre e ir além das estratégias já conhecidas.

- 1. As professoras e os professores dominam os conteúdos de suas disciplinas/áreas do conhecimento?

- 2. As professoras e os professores procuram utilizar estratégias diversificadas para ensinar e investem em uma didática inovadora?
- 3. A direção e a coordenação pedagógica se reúnem periodicamente com cada professora e professor para realizar uma avaliação construtiva sobre o trabalho pedagógico dos professores com os alunos?
- 4. A direção e a coordenação pedagógica se reúnem periodicamente para ouvir e discutir com o professorado como podem melhorar o trabalho que realizam na escola em favor do direito à educação de seus alunos e alunas?
- 5. As professoras e os professores ensinam os estudantes a estudar, inclusive estimulando a troca de experiências entre estudantes sobre suas diferentes estratégias de estudo?
- 6. Estudantes são estimulados a participar e organizar projetos na escola, na comunidade ou na cidade com a orientação e supervisão de professoras/es?
- 7. A escola oferece espaço e horários para pesquisas de temas de interesse estudantil nas diferentes áreas de conhecimento?
- 8. A escola estimula a realização de trabalhos com uso de tecnologias (como, por exemplo, a edição de áudios, vídeos, games etc.) por parte dos/das estudantes?

7. **Trabalho coletivo, planejamento, acompanhamento e ações interdisciplinares**

Planejar, realizar as ações, acompanhar e avaliar o andamento do trabalho são ações essenciais da prática pedagógica que adquirem caráter educativo, quando são realizadas pelo coletivo. A educação não é um procedimento técnico, é um ato coletivo que só acontece na interação entre as pessoas. Embora o

Ações interdisciplinares são projetos e ações desenvolvidas pela escola e seus profissionais e que articulam mais de uma disciplina e mais de uma área de conhecimento.

conhecimento escolar se apresente organizado em disciplinas, não se pode esperar que a articulação entre eles se dê na cabeça de cada estudante: essa articulação precisa ser intencionalmente construída, planejada e exercitada na escola pelas professoras e professores em diálogo com os estudantes. Sabemos que a falta de condições de trabalho e a rotatividade de profissionais de educação em grande parte das escolas brasileiras são obstáculos para a construção do trabalho coletivo. Trabalho coletivo que deve ser o espaço da troca de experiências, da partilha de angústias, de descobertas e de esperanças; do planejamento e da avaliação das estratégias pedagógicas e interdisciplinares; e do aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade da comunidade e dos estudantes que frequentam a escola.

- 1. A escola realiza momentos de planejamento coletivo com as professoras e professores, inclusive para construir **ações interdisciplinares**?
- 2. A escola estimula que todos os outros profissionais da educação — secretaria, portaria, merendeiras e outros agentes escolares — participem das reuniões de planejamento?
- 3. As professoras e os professores apresentam e discutem com estudantes o planejamento para cada ano letivo?
- 4. Coordenação pedagógica e professores reavaliam o que foi efetivamente realizado no trabalho pedagógico em relação ao que havia sido planejado?
- 5. As professoras e os professores têm tempo e espaço para compartilhar com os colegas suas aprendizagens e experiências em cursos e palestras, garantindo o registro e a discussão de possíveis desdobramentos na escola?

8. **Reconhecimento dos ritmos e diferenças de aprendizagem**

É um desafio constante em qualquer escola lidar com a heterogeneidade do seu grupo de estudantes. Numa única sala

de aula, ainda que composta por estudantes de uma mesma faixa etária, coexistem pessoas com diferentes histórias de vida e trajetórias escolares, diferentes contextos familiares, diferentes pertencimentos étnico-raciais, entre muitas outras diferenças humanas. Uma delas é a diferença de ritmos e jeitos de aprender.

Muitas vezes, as escolas organizam os processos de ensino e aprendizagem tendo como base a ideia de que todas as estudantes e todos os estudantes aprendem do mesmo jeito e no mesmo ritmo. Dessa forma, acabam criando situações em sala de aula que levam determinados perfis de alunas e alunos a se sentirem inferiores aos demais. Na construção de uma escola de fato inclusiva, o respeito à individualidade de cada estudante passa necessariamente pelo reconhecimento da heterogeneidade das alunas e dos alunos, sendo papel da escola planejar práticas e atividades diversificadas que criem condições para que todos os estudantes se sintam capazes de aprender.

- 1. A escola reconhece que há muitos jeitos de aprender entre seus estudantes?
- 2. As professoras e os professores têm uma avaliação conjunta das potencialidades, das dificuldades e dos desafios de aprendizagem de cada estudante?
- 3. As/Os estudantes são informadas/os quando “não estão indo bem” nos estudos e recebem acompanhamento e orientações regularmente sobre como melhorar?
- 4. Há reforço escolar e acompanhamento individual das estudantes e dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, com atividades de recuperação em todas as disciplinas?
- 5. A equipe escolar preocupa-se em diminuir as diferenças de aprendizagem entre os estudantes, propondo estratégias pedagógicas diversificadas para os diferentes perfis de alunos?

9. Existência de práticas contínuas de avaliação formativa e diagnóstica

A avaliação diagnóstica permite que o professor/a acompanhe o desenvolvimento da aprendizagem do aluno ao longo do tempo, utilizando-se de diferentes instrumentos de avaliação, garantindo uma abordagem mais individualizada e sensível de cada estudante.

A **avaliação da aprendizagem** é uma das maiores preocupações de estudantes e suas famílias, porque, na maioria das vezes, ela é um julgamento com um veredito, uma sentença final sobre a pessoa. A avaliação pode alavancar a aprendizagem dos alunos como também pode servir para destruir autoestimas, fazendo com que muitos se sintam incapazes de aprender sobre determinados assuntos, disciplinas ou mesmo áreas do conhecimento. Por esses motivos, a avaliação tem tanta centralidade na escola e é algo tão delicado na vida dos estudantes. Romper com a lógica da avaliação que classifica e exclui é muito trabalhoso e exige que professores e estudantes se envolvam nas atividades avaliativas desde sua elaboração. Uma nota ruim não é um problema somente da aluna e do aluno, é algo que deve provocar as professoras e os professores a refletirem: será que as estratégias pedagógicas que estamos adotando são as mais adequadas para os diferentes perfis de alunos que convivem em uma sala de aula? Como rever nossa proposta pedagógica para que aquela aluna e aquele aluno se sintam capazes de aprender? Quais as potencialidades daqueles alunos com dificuldades que podem ser estimuladas para que elas e eles consigam avançar na escolarização? A avaliação deve servir para diagnosticar os desafios, as dificuldades e as potencialidades de cada estudante e ser abordada como um processo formativo e dialogado por meio do qual estudantes e profissionais de educação constroem caminhos em prol da aprendizagem.

1. Os estudantes são estimulados a avaliar suas próprias aprendizagens em todas as disciplinas?

2. A escola realiza avaliações diagnósticas das aprendizagens das estudantes e dos estudantes no início de cada período letivo?

3. Os estudantes conhecem os resultados dessas avaliações?

- 4. Há tipos variados de avaliações para medir as aprendizagens dos/as estudantes (provas, trabalhos, portfólios, seminários, debates, pesquisas etc.)?
- 5. As estudantes e os estudantes podem opinar sobre as práticas e os critérios de avaliação adotados pelos professores?
- 6. A escola reconhece possíveis problemas pessoais vivenciados pelos estudantes que possam afetar o seu aprendizado/rendimento em um determinado momento de suas vidas e busca adaptar o processo de avaliação para minimizar danos?

10. **Contextualização de indicadores oficiais relativos ao desempenho da escola**

Nos últimos anos, os governos (nacional, estadual e municipal) têm levantado várias informações sobre as escolas, seus profissionais de educação, seus estudantes e famílias. Nacionalmente, o órgão responsável por levantar essas informações educacionais é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essas informações têm sido utilizadas muitas vezes para responsabilizar as escolas pelos problemas do atendimento educacional. Porém, essas informações somente fazem sentido para escola se contextualizadas com outras informações decorrentes da avaliação que a escola faz sobre o seu próprio trabalho e debatidas pela equipe pedagógica com os estudantes e com a comunidade escolar. Somente fazem sentido também se essas informações contribuírem para o aprimoramento das políticas educacionais, que são de responsabilidade de Secretarias de Educação e do Ministério da Educação. Nessa avaliação, é fundamental considerar o território em que a escola está inserida: uma coisa é uma escola que atua em um bairro de classe média ou alta, outra coisa é uma escola que atua em uma região na qual as famílias enfrentam inúmeros desafios para a sua sobrevivência. Nesse segundo caso, a escola tem que fazer um esforço muito maior para garantir o direito à educação de seus adolescentes e jovens. Por isso, é fundamental

atuar coletivamente para que as políticas educacionais invistam mais recursos, mais profissionais qualificados e mais apoio em escolas inseridas em realidades marcadas por profundas desigualdades sociais. Outro ponto fundamental é a escola trabalhar de forma colaborativa com outras escolas do bairro, da região, do território, buscando superar uma atuação competitiva entre as consideradas escolas melhores e escolas piores e construir um planejamento conjunto e estratégico em prol da garantia do direito humano à educação de qualidade para todos os adolescentes e jovens da região.

1. A direção, a coordenação pedagógica e os professores discutem criticamente os resultados de desempenho da escola em indicadores oficiais (como IDEB, SAEB e ENEM, por exemplo), sem limitar a avaliação da escola a esses indicadores?

2. A direção, a coordenação pedagógica e os professores apresentam e debatem com os estudantes e com a comunidade escolar os resultados da escola em indicadores oficiais, articulando-os com outros resultados de avaliação diagnóstica da escola, inclusive com a autoavaliação participativa escolar?

3. A escola estimula o preenchimento do quesito cor/raça na ficha de matrícula por parte de estudantes e famílias, informação fundamental para analisar as desigualdades raciais na escola, no município, no estado e no país?

4. A escola possui estratégias de acompanhamento e de apoio aos estudantes vinculados a famílias que participam de algum programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família, por exemplo)?

5. A escola mantém alguma forma de registro atualizado (como fichas, portfólios, cadernos etc.) que contenha informações organizadas sobre a trajetória escolar dos estudantes, sua saúde e suas dificuldades, bem como potencialidades, ao longo dos anos e em diferentes disciplinas?

6. A escola busca estabelecer relações com outras escolas do entorno para construir estratégias articuladas em prol da garantia do direito à educação de qualidade de todos os adolescentes e jovens da região?

DIMENSÃO 4

TRAJETÓRIAS DE VIDA, ESTUDOS E TRABALHO

Para onde ir? Que rumo tomar na vida? O Ensino Médio, sendo a etapa da educação básica que atende os adolescentes e os jovens brasileiros, deve considerar esse segmento em sua integralidade. Isso significa lidar com dimensões da vida que não estão estritamente vinculadas aos conteúdos de disciplinas de sala de aula, mas que também devem ser consideradas parte do currículo escolar. Adolescentes e jovens trazem para a escola diversas questões: os desafios da sobrevivência cotidiana, os sonhos, as inseguranças, as dúvidas, as perguntas, as descobertas e as apostas que têm a ver não só com o momento presente, mas também com as expectativas de futuro.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que adolescentes e jovens vivem os complexos desafios envolvidos na construção de um projeto de vida, elas e eles vivenciam uma diversidade de situações: relacionamentos afetivos; responsabilidades pelos afazeres domésticos; o cuidado com crianças e idosos; as questões de aprendizagem; a necessidade de trabalhar; o engajamento em projetos, a participação em movimentos sociais e coletivos culturais; a maternidade ou paternidade etc.

Vale considerar que a juventude brasileira é, em sua maioria, trabalhadora, e que parte significativa de adolescentes e jovens — cerca de um terço — tem que compatibilizar trabalho e estudos. Por isso, debates sobre o mundo do trabalho, suas desigualdades e desafios; a continuidade dos estudos após o Ensino Médio; o acesso à educação profissional e tecnológica e ao Ensino Superior são assuntos que devem ser abordados na escola, na perspectiva de que ela facilite o acesso a informações e a direitos e auxilie adolescentes e jovens a fazerem escolhas, ampliem seus universos e a construam seus projetos de vida.

INDICADORES

1. Respeito e acolhimento de estudantes trabalhadores/as

Uma parcela significativa de alunos e alunas de Ensino Médio tem que conciliar os estudos com alguma ocupação no mundo do trabalho. Seja em decorrência da necessidade imposta pelas condições econômicas da família ou da busca por autonomia financeira, essa realidade exige da escola uma abordagem que considere as especificidades e favoreça o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes trabalhadores. Ter uma oferta diversificada — que considere as diferentes realidades vividas pelos estudantes e que garanta o direito à educação de qualidade — e estratégias de acolhimento é fundamental para que se tenha melhores condições de compatibilizar essas esferas, bem como para fazer da escola um espaço de discussão sobre a dimensão da inserção profissional de adolescentes e jovens.

1. A escola promove ações sobre o mundo do trabalho e escolha profissional com base nas demandas e nas expectativas de suas estudantes e de seus estudantes?

2. A escola desenvolve ações de apoio àqueles estudantes que apresentam dificuldades em conciliar estudos e trabalho?

3. A escola orienta seus estudantes quanto a convenções existentes relativas à licença remunerada para estudos e qualificação profissional?

4. A escola e seus profissionais monitoram a frequência e a progressão escolar daqueles estudantes que trabalham?

5. A escola está preparada para discutir as experiências de trabalho de seus estudantes, debatendo seus direitos e orientando sobre condições prejudiciais ao desenvolvimento e à formação integral dos adolescentes e jovens?

6. A escola divulga a legislação referente à aprendizagem (também conhecida como Lei do Aprendiz) e ao estágio junto

aos seus estudantes e à comunidade escolar, tornando pública as responsabilidades e obrigações da escola e dos empregadores e os direitos dos estudantes contratados?

2. Reflexão e preparação para o mundo do trabalho

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um dos objetivos do Ensino Médio é a “preparação básica para o trabalho”. Promover reflexões, divulgar informações e oportunidades, debater as leis e as políticas públicas de educação e de trabalho também são tarefas da escola. A abordagem da escola deve estar baseada na noção de direito humano ao trabalho, reconhecido em diversos instrumentos jurídicos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como na legislação brasileira, inclusive na Constituição Federal (1988).

Todas essas leis estabelecem o direito humano ao trabalho não somente como condição para a sobrevivência do indivíduo e de sua família, mas como processo contínuo de desenvolvimento das pessoas, de participação na criação de um futuro melhor e de possibilidade de contribuir para a sociedade. Um ponto-chave do direito humano ao trabalho é o direito de trabalhar com dignidade, ou seja, um trabalho que se dê em condições decentes para os indivíduos e não destrua o meio ambiente. As condições decentes pressupõem que nenhum trabalho seja forçado; que ele se dê em condições seguras, saudáveis e de respeito para com as pessoas; que ele garanta igual remuneração para igual função, sem quaisquer discriminações (contra mulheres, negros, indígenas, deficientes, LGBTs, nordestinos, entre outras); que considere o direito ao lazer e jornada digna de trabalho. Prevê também o respeito a outros direitos trabalhistas, como o direito à greve, à segurança em caso de desemprego e à organização sindical.

É fundamental que adolescentes e jovens no Ensino Médio se apropriem das leis e do que é um trabalho decente, trazendo

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (2011) foi elaborada pelo governo brasileiro com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estabelece quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: 1) mais e melhor educação; 2) conciliação de estudo, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) promoção do diálogo social.

Trata-se de um conjunto de direitos assegurados pela legislação brasileira, que incluem o registro em carteira de trabalho, jornada de até 44 horas semanais (exceto casos especiais), remuneração de pelo menos um salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas, licenças maternidade e paternidade, entre outros. A ideia de trabalho decente vai além desses direitos, incluindo, por exemplo, a educação, a atenção à saúde e a organização dos trabalhadores em diálogo com empresas e poder público.

referências importantes para suas vidas contra os abusos e as violações que acontecem muitas vezes no mercado de trabalho. É importante saber que o Brasil aprovou, em 2011, uma **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**.

- 1. Diferentes atividades de preparação para o mundo do trabalho são desenvolvidas junto ao conjunto dos/das estudantes, proporcionando experiências e aprendizados variados?
- 2. A escola apresenta e debate o tema do trabalho, inclusive como parte dos conteúdos de sala de aula?
- 3. A escola apresenta perspectivas e possibilidades de trabalho decente para a juventude?
- 4. Estudantes da escola têm conhecimento sobre previdência, seguridade social e **direitos trabalhistas**?
- 5. A escola desenvolve ações para debater possibilidades alternativas de trabalho e geração de renda junto à comunidade escolar?
- 6. Há articulação com serviços dos centros públicos de emprego, trabalho e renda existentes na cidade para apresentar oportunidades a estudantes da escola?

3. **Educação para superação das desigualdades no mundo do trabalho**

O mundo do trabalho é marcado por profundas desigualdades entre mulheres e homens: desde o mercado formal de trabalho até aquele realizado no ambiente doméstico, caracterizando a chamada divisão sexual do trabalho. É fundamental que a escola de Ensino Médio promova a reflexão sobre essa situação na perspectiva de educar adolescentes e jovens a atuarem pela superação dessas desigualdades desde seu cotidiano.

Apesar das mudanças nas últimas décadas, na educação profissional e tecnológica e no Ensino Superior, mulheres e homens ainda estão concentrados em cursos considerados

femininos e masculinos, geralmente sendo os cursos onde predominam homens aqueles de maior prestígio social, como os das áreas das ciências da natureza, exatas e das tecnologias. O desafio não é somente promover o maior acesso das mulheres a cursos mais prestigiados, mas estimular a entrada de homens em cursos e carreiras vinculadas ao mundo do cuidado com a vida, em especial os cursos ligados às políticas sociais (de educação, assistência social, saúde etc.). E não somente isso: é fundamental valorizar socialmente as profissões do cuidado com a vida, aquelas que concentram mais mulheres, inclusive com condições dignas de trabalho e salários.

Outro desafio para a escola de Ensino Médio é promover discussões sobre as responsabilidades pelo trabalho doméstico, na maioria das vezes ainda considerado de responsabilidade das mulheres, sobretudo das mulheres negras. O trabalho doméstico e de cuidado de crianças e idosos deve ser responsabilidade partilhada por homens e mulheres, ponto fundamental para a construção de uma sociedade democrática, com igualdade entre os sexos.


1. A escola discute as desigualdades entre homens e mulheres e as desigualdades raciais (entre brancos, negros, indígenas etc.) no mercado de trabalho, refletindo sobre suas causas e seus impactos na vida dos grupos desprivilegiados?
2. A escola reflete o impacto da **divisão sexual do trabalho** nas escolhas profissionais dos jovens, considerando também as desigualdades raciais?
3. A escola debate as desigualdades entre homens e mulheres na divisão do trabalho doméstico e seu impacto na vida das estudantes, dos estudantes e de suas famílias, considerando também as desigualdades raciais?
4. A escola promove atividades que estimulem a divisão igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres?
5. A escola estimula igualmente o interesse de moças e rapazes (negros, indígenas, brancos e de outros pertencimentos raciais) pelas diferentes áreas do conhecimento e pelos diferentes campos profissionais?

A divisão sexual do trabalho é a separação e a hierarquização dos trabalhos realizados por homens e mulheres. Embora essa divisão seja cultural e historicamente construída, isso é mascarado pela ideia de que as mulheres são biologicamente mais aptas para determinadas tarefas e os homens, para outras. As mulheres são majoritariamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, atividades invisibilizadas ou com menor reconhecimento social. No mercado de trabalho, essa divisão também aparece, com maior predominância de mulheres em ocupações relacionadas aos cuidados (como o magistério), que também são menos valorizadas.

4. **Perspectivas e possibilidades de continuidade dos estudos e qualificação profissional**

Em decorrência das condições de vida de muitas famílias, principalmente as mais pobres, muitos adolescentes e jovens acreditam que o Ensino Médio é onde mais longe podem alcançar na escolarização, não achando ser possível ir além dele. Por isso, é fundamental que a escola de Ensino Médio “abra as janelas”, divulgando e discutindo com adolescentes e jovens as possibilidades para que sigam estudando, tanto na educação profissional e tecnológica como no Ensino Superior e em espaços de educação não formal.

Uma das conquistas dos últimos anos que todos os estudantes e ex-estudantes de escolas públicas precisam saber é que, desde 2012, com a aprovação da Lei de Cotas, universidades e institutos federais de ensino são obrigados a destinar 50% de suas vagas a estudantes de escolas públicas, sendo 25% a candidatos pretos, pardos e indígenas. Também é importante discutir o papel do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), como ele funciona; do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o acesso e os desafios da qualidade das instituições de ensino superior privadas; do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); de outros programas que visam garantir o direito à permanência em universidades públicas (residência estudantil, auxílio, transporte etc.) e de outras políticas públicas de promoção do acesso ao Ensino Superior e à educação profissional e tecnológica. Pesquisar e debater com os adolescentes e jovens sobre as diferentes profissões e mapear e visitar as instituições de Ensino Superior, educação profissional e tecnológica e aquelas que oferecem cursos de educação não formal na região podem ser um grande estímulo para que adolescentes e jovens sigam estudando.

 1. A escola estimula todas as alunas e todos os alunos a continuarem seus estudos após concluírem o Ensino Médio?

2. A escola estimula a participação e oferece condições para que estudantes do último ano se preparem para exames vestibulares e para o **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**?
3. A escola debate a Lei das Cotas e as diferentes estratégias e possibilidades de acesso e permanência no Ensino Superior (universidades, faculdades, institutos, cursos)?
4. A escola debate e orienta estudantes sobre as diferentes possibilidades de educação profissional e tecnológica?
5. Os adolescentes e jovens recebem informações sobre oportunidades de preparação para processos seletivos e ingresso em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica (escolas técnicas e institutos federais, por exemplo)?
6. A escola estimula as estudantes e os estudantes a pesquisarem e a visitarem instituições de Ensino Superior e de educação profissional e tecnológica da região?

5. **Estímulo à circulação juvenil pela cidade, pelo campo e pela região**

Segregar é o ato de isolar, apartar, separar fisicamente, diminuir as possibilidades concretas de circulação das pessoas nas cidades, no campo, na região, dificultar o contato entre os diferentes grupos sociais em decorrência da renda, do pertencimento étnico-racial, da origem regional, entre outras discriminações. O Ensino Médio deve contribuir para romper essa segregação imposta a boa parte dos adolescentes e jovens, especialmente aquelas e aqueles que vivem nas periferias das cidades e no campo. Nessa perspectiva, o **direito humano à cidade** previsto nas normas internacionais e na legislação nacional afirma que todas as pessoas têm o direito de usufruir das vantagens, dos serviços e das oportunidades oferecidas pelas cidades. No campo, a profunda concentração de terra também

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998. Inicialmente, seu objetivo era avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Atualmente, tem suas notas usadas no processo seletivo para vagas em universidades públicas e institutos federais pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e também para a concessão de bolsas do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O exame tem quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha, e uma redação.

O direito à cidade é um termo que engloba uma série de direitos: à moradia, a condições de estrutura urbana (como saneamento e iluminação), à mobilidade, ao lazer e à cultura, à ocupação dos espaços públicos, entre outros. Esses direitos devem ser entendidos de forma articulada entre si (por exemplo: com acesso a serviços públicos perto dos locais de moradia e com moradia popular nos locais mais abastecidos de serviços públicos) e com processos democráticos, que permitam que a população participe do planejamento da cidade.

constitui obstáculo à garantia de condições de vida e de circulação livre dos adolescentes e jovens dessas regiões, entre eles, da população quilombola e indígena.

Por isso, a sala de aula não pode ser encarada como o único espaço de desenvolvimento integral da juventude. Conhecer os equipamentos e coletivos culturais da região, as instituições de ensino, os espaços de lazer e esporte, os movimentos sociais, as comunidades tradicionais e muitos outros lugares de interesse público representa uma oportunidade para aprendizagens que serão úteis, senão fundamentais, para a vida e devem fazer parte dos projetos pedagógicos das escolas de Ensino Médio, pensados na articulação potente entre educação e cultura.

- 1. A escola promove visitas e atividades em espaços culturais e científicos, como museus, teatros, cinema, comunidades tradicionais, universidades e parques, sem custos aos estudantes?
- 2. A escola estimula que as alunas e os alunos conheçam a sua própria região assim como outras regiões da cidade ou do estado?
- 3. A escola desenvolve ações educativas, culturais e esportivas em parceria com outras escolas, organizações e espaços públicos da cidade?
- 4. A comunidade escolar orienta estudantes sobre as condições seguras de transporte e deslocamento nas zonas urbana e rural da cidade?
- 5. A escola promove debates sobre direito a circular pela cidade, pelo campo e pela região?
- 6. A escola discute questões relacionadas ao direito das populações do campo à reforma agrária e dos povos indígenas e quilombolas de terem suas terras demarcadas?

6. Apoio às jovens mães e aos jovens pais

Pesquisas apontam que a maternidade e a paternidade são causas relevantes de evasão escolar⁶. Frequentemente, em vez de apoiar a permanência escolar de jovens mães e de jovens pais, as escolas de Ensino Médio se somam àqueles que culpabilizam moças e rapazes pela gravidez e pelas responsabilidades decorrentes do cuidado com os filhos. Em diálogo com elas e eles e, se possível, com suas famílias, é essencial que a escola de Ensino Médio construa estratégias que garantam o acesso e a permanência de jovens mães e jovens pais à escola. Destaca-se também a importância de que o Ensino Médio seja um espaço de promoção do direito de todos os adolescentes e jovens à educação acerca de seus direitos sexuais e reprodutivos, contribuindo para que elas e eles possam fazer escolhas informadas e conscientes, independente de professarem ou não um credo religioso. Vinculado a isso, outro ponto importante é a discussão sobre modelos de maternidade e de paternidade existentes na sociedade que garantam mais igualdade entre mulheres e homens na partilha de responsabilidades nos cuidados com as crianças, superando uma realidade que cobra muito mais das mulheres.

1. A escola estimula jovens mães e jovens pais a continuarem os estudos, evitando que eles parem de estudar?
2. A escola conversa com jovens mães e jovens pais para entender quais condições possibilitam que elas e eles continuem estudando, dialogando com as famílias e encaminhando para a Secretaria de Educação as demandas de que a escola não consegue dar conta?
3. A escola garante espaços adequados para o horário de amamentação, inclusive no período noturno?
4. A **divisão igualitária de responsabilidades** entre moças e rapazes no caso de gravidez e do cuidado da criança é debatida na escola?

A paternidade responsável é um princípio que está na Constituição Federal, que estabelece homens e mulheres têm direitos e deveres iguais na família, sendo responsáveis, ao lado da sociedade e do Estado, pela garantia de direitos e bem-estar da criança e do adolescente.

Direitos sexuais e reprodutivos são o direito de cada pessoa definir se, quando e em que condições quer viver sua sexualidade e ter filhos. Para as mulheres, principalmente, isso ainda não é garantido, seja pela falta de liberdade para sua vida sexual, pela falta de acesso a métodos contraceptivos ou falta de assistência humanizada para as gestantes, entre outras formas de violação desses direitos.

⁶ Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília/DF, 2013

5. A escola promove o debate sobre **direitos sexuais e reprodutivos** junto a adolescentes e jovens?

6. É garantido o direito à educação sobre direitos sexuais e reprodutivos na escola a toda estudante e a todo estudante, independentemente das crenças religiosas presentes na comunidade escolar?

7. **Formação crítica para o consumo consciente e construção de uma perspectiva sustentável**

No cenário do século XXI assiste-se a intensas mudanças naturais dos mais diversos níveis, decorrentes da ação humana no meio ambiente. A crise ambiental que ameaça o equilíbrio do ecossistema exige cada vez mais soluções que mudem profundamente a relação dos seres humanos com a natureza, superando um padrão baseado na exploração e na dominação da vida no planeta. Essa realidade se vincula a um sistema econômico que estimula as pessoas a adotar comportamentos consumistas para serem reconhecidas socialmente, sem refletir como são produzidos aqueles produtos e se eles são realmente necessários para suas vidas. Ao mesmo tempo, esse sistema acirra a concentração de renda e as desigualdades sociais, levando vários setores da população a não ter o mínimo para sobreviver. Nesse contexto tão desafiante, que exige mudanças profundas na sociedade, a educação tem um papel decisivo para que haja uma transformação da relação entre seres humanos e natureza, em prol não somente dos que habitam hoje o planeta, mas das futuras gerações.

1. As questões sociais e ambientais locais, regionais e nacionais são abordadas na escola por meio de projetos e como conteúdo das disciplinas?

2. As professoras e os professores e as estudantes e os estudantes conhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Ambiental, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012?

3. A escola estimula a realização de atividades que abordem criticamente o consumismo na vida dos adolescentes e dos jovens e na sociedade moderna?
4. As **mudanças climáticas** no planeta são discutidas na escola?
5. A escola estimula projetos socioambientais junto à comunidade escolar?
6. A escola estimula a reflexão sobre a produção e a destinação do lixo da escola e das famílias?
7. A escola promove a reflexão sobre como determinadas populações são mais afetadas do que outras pelas injustiças sociais e ambientais (**racismo ambiental**)?

As mudanças climáticas são alterações no clima de forma global e em grande escala, que incluem o aumento do calor, mudanças nas chuvas (com aumento ou diminuição em determinada região) e a ocorrência de fenômenos como furacões, entre outros efeitos. As observações e pesquisas mostram que essas mudanças vêm acontecendo e têm como origem a atividade humana, principalmente devido à queima de combustíveis que liberam gás carbônico na atmosfera, criando o efeito estufa.

O racismo ambiental aponta que problemas ambientais (como enchentes, contaminação da água ou depósito de lixo de forma precária) têm impacto muito mais intenso sobre os grupos raciais mais discriminados.



DIMENSÃO 5

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

As profissionais e os profissionais da escola têm um papel fundamental na implementação de uma educação comprometida com uma sociedade justa e democrática. São essas pessoas que transformam cotidianamente a proposta pedagógica da escola em realidade, procurando traduzir e vivenciar os princípios e as estratégias coletivamente estabelecidas em trabalho educativo comprometido com a formação integral de adolescentes e de jovens. Tamanha responsabilidade pressupõe condições concretas para que tudo isso aconteça.

Em primeiro lugar, é preciso garantir profissionais com habilitação (formação inicial) exigida para a sua função, que contem com salários dignos e com planos de carreira, e em número suficiente para responder às necessidades e às demandas da escola e de sua comunidade escolar. É importante superar a rotatividade de profissionais de educação presente em muitas escolas: a estabilidade do corpo de profissionais favorece a continuidade do processo educativo e, ao mesmo tempo, o fortalecimento de vínculos entre todos os segmentos da comunidade escolar.

A atuação das profissionais e dos profissionais de educação exige boas condições de trabalho para o exercício de suas funções. Salas com número adequado de estudantes, por exemplo, são essenciais para o trabalho dos professores, assim como a escola precisa de um número suficiente de funcionários de apoio (de alimentação, de limpeza, de segurança) e da atuação conjunta e planejada entre todos os profissionais para que a escola funcione melhor.

A construção da qualidade na educação também passa necessariamente pela manutenção de um ambiente de trabalho

respeitoso e colaborativo, sem discriminações. Cada trabalhadora e trabalhador da escola, como servidor/a público/a tem uma grande responsabilidade e um papel fundamental na garantia do direito à educação dos adolescentes e jovens das escolas de Ensino Médio.

INDICADORES

1. Formação inicial e continuada

A formação das profissionais e dos profissionais da educação é de extrema importância para a qualidade da educação oferecida nas escolas de Ensino Médio. Além de garantir que as professoras e os professores possuam habilitação para o magistério, que no Brasil é obtida em cursos de licenciatura, é imprescindível que as redes de ensino e as escolas desenvolvam atividades de formação continuada ao longo da carreira, permitindo o aperfeiçoamento contínuo desses profissionais. A formação de toda a equipe de trabalhadores das escolas (como merendeiras, vigias, secretaria escolar, limpeza) também é de grande importância, pois todos exercem papéis que devem contribuir para o bom funcionamento da escola e a concretização de seu projeto pedagógico.

- 1. Todos os profissionais da escola têm habilitação (formação inicial) necessária para o exercício de sua função?
- 2. A escola oferece cursos ou ações de formação continuada (ou em serviço) para professoras e professores?
- 3. A escola oferece cursos e ações de formação para os demais profissionais da escola (merendeiras, vigias, secretaria escolar, limpeza)?
- 4. A Secretaria de Educação oferece cursos e ações de formação continuada para os profissionais da escola?
- 5. Se há formação continuada, ela permite o aprimoramento da atuação pedagógica dos profissionais da escola?

2. **Suficiência e estabilidade da equipe escolar**

Contar com uma equipe de profissionais estável e em quantidade necessária às demandas das escolas possibilita a continuidade do processo educativo e a realização de um trabalho de qualidade, ao mesmo tempo que favorece o fortalecimento de vínculos entre todos os segmentos da comunidade escolar. Quando necessário, planejar e discutir substituições dos profissionais e dos profissionais da escola são tarefas importantes para evitar interrupções e outros problemas para o bom funcionamento das unidades escolares e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos estudantes.

- 1. A escola dispõe da quantidade de professores de que necessita?
- 2. O número de funcionários é suficiente para o bom funcionamento da escola?
- 3. A escola dispõe de profissionais de apoio pedagógico para auxiliar a equipe de professores?
- 4. As substituições de professores e demais profissionais da escola são planejadas a cada ano ou semestre e discutidas com o Conselho Escolar?

3. **Frequência da equipe escolar**

A regularidade e a continuidade do trabalho educativo e o bom funcionamento da escola dependem da suficiência e da estabilidade da equipe de profissionais. Em decorrência da falta de condições de trabalho para os profissionais de educação em várias redes de ensino, muitas escolas enfrentam dificuldades para garantir todas as aulas de seus estudantes. Ausências frequentes de profissionais de educação necessitam ser compreendidas, pois é um problema que afeta toda a unidade educativa, demandando que as Secretarias de Educação, em articulação com as escolas, tenham estratégias para que os estudantes não fiquem sem aula.

- 1. Todas as profissionais e os profissionais da escola (docentes, coordenadores/as, gestores/as, funcionários/as etc.) contam com apoio da escola para cumprir suas respectivas jornadas de trabalho?
- 2. As faltas frequentes de diretoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os, professoras/es e funcionárias/os são discutidas com esses profissionais na perspectiva de compreender as razões e buscar soluções coletivas, que não caiam na culpabilização dos indivíduos?
- 3. As professoras e os professores contam com apoio da escola para começar e terminar as aulas pontualmente?
- 4. A escola possui estratégias definidas para que as turmas não fiquem sem aula quando os professores necessitam faltar por motivo de doença ou em decorrência de outros problemas pessoais e familiares?
- 5. Há apoio para que as reuniões de professores comecem e terminem na hora marcada?

4. **Promoção do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas**

O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, um dos princípios da educação nacional, conforme dispõe o art. 206 da Constituição de 1988 e o artigo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), é essencial para estimular a aprendizagem dos estudantes e para assegurar seu direito à educação de qualidade. É importante que os/as profissionais da escola tenham na liberdade de expressão e no respeito aos direitos humanos a base de seu trabalho e que atuem na direção de ampliar os horizontes de seus estudantes. Nessa perspectiva, é fundamental estimular pesquisas e proporcionar a realização de estudos e debates que questionem o senso comum e explicitem as desigualdades educacionais e sociais existentes nas escolas, nas comunidades e na sociedade

de maneira geral. A escola deve ser o espaço da pesquisa, do questionamento, da dúvida, e não das certezas absolutas, que negam o debate e tentam impor uma visão de mundo para toda a sociedade.

1. O respeito à liberdade de expressão e aos direitos humanos é a base do trabalho dos profissionais da escola?

2. Professoras e professores podem manifestar publicamente seus posicionamentos sobre condições de trabalho, sem constrangimento por parte da direção da escola, da Secretaria de Educação ou da comunidade escolar?

3. Professoras/es podem organizar debates sobre a realidade política, social e econômica local, regional, nacional ou mundial?

4. Professoras/es e estudantes podem organizar livremente projetos de pesquisa e debates sobre temas como gênero, sexualidade, racismo, LGBTfobia, orientação sexual, identidade de gênero e uso de drogas, em uma perspectiva ampla, informada, que questione preconceitos e vá além do senso comum?

5. **Melhoria das condições de trabalho das profissionais e dos profissionais da educação**

A garantia de salários dignos, de planos de carreira e de condições de trabalho adequados a todos os profissionais que atuam nas escolas é elemento básico para que possam realizar um bom trabalho em prol de uma educação de qualidade. No Brasil, muitas vezes, esses profissionais atuam em condições de trabalho difíceis, marcadas por turmas com um número excessivo de adolescentes e jovens, baixos salários, contratos precários de trabalho, falta de plano de carreira, de suporte pedagógico e de trabalho coletivo, rotatividade intensa e iniciativas de formação continuada pontuais ou que não dialogam com a realidade da escola. A luta histórica das entidades de

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, as redes públicas de educação devem ter planos de carreira para os professores, incluindo formação inicial e continuada, o processo de escolha de diretores das escolas, o número máximo de alunos por sala de aula, o sistema de avaliação e a progressão funcional.

Resultado da luta histórica do movimento dos profissionais de educação, o Piso Nacional para os Profissionais do Magistério foi criado em julho de 2008 por meio da Lei Federal n. 11.738. Como o nome sugere, a lei estabelece um valor mínimo para o salário de todos/as os/as professores/as do país que atuam nas redes públicas. O valor do piso estabelecido para 2018 foi de R\$ 2.455,35 para uma jornada máxima de 40 horas semanais, porém, grande parte das redes de ensino no país ainda não cumpre a lei por falta de recursos. A lei também torna obrigatória a dedicação de no mínimo de um terço da carga horária de trabalho do professorado a atividades extraclasse, tempo essencial para preparação das aulas, formação e aprimoramento profissional.

profissionais de educação e de outras atuantes pelo direito humano à educação afirma que a valorização “pra valer” da condição dos profissionais de educação é condição número 1 para avançarmos rumo à educação de qualidade no país, algo a ser assumido como prioridade de fato por governos e por toda a sociedade.

1. A rede de ensino conta com **plano de carreira** para todos os seus profissionais?

2. As professoras e os professores recebem de salário, no mínimo, o valor estabelecido pela **Lei do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério** (Lei n. 11.738/2008)?

3. As professoras e os professores que trabalham na escola são concursados?

4. As turmas de Ensino Médio têm, no máximo, 35 estudantes?

5. Os professores e demais profissionais da escola dispõem de todos os materiais e recursos para exercer sua função com qualidade?

6. Como previsto na Lei do Piso Nacional do Magistério, a rede de ensino garante que os profissionais da escola tenham direito a que um terço de sua jornada de trabalho seja dedicado a atividades extraclasse (preparação das aulas, correção de trabalhos e provas, reuniões de trabalho pedagógico, reuniões com familiares e do Conselho Escolar etc.)?

7. As horas dedicadas ao planejamento de atividades externas (estudos de meio, visitas a museus, ida ao teatro etc.) também são contabilizadas na jornada de trabalho dos profissionais da escola e são remuneradas?

6. **Relações de respeito e de colaboração no ambiente de trabalho**

As professoras e os profissionais de educação podem cometer discriminação, podem ser testemunhas e podem ser vítimas

dela. É bom lembrar que, com base na ideia de autonomia profissional, alguns profissionais cometem grandes equívocos e até atrocidades contra a autoestima de adolescentes e jovens, de familiares e de outros profissionais da escola. Muitos outros profissionais não sabem como agir diante do problema ou minimizam a situação. Outros sofrem “na pele” essa mesma discriminação, enfrentando situações de desrespeito e de discriminação por parte de outros profissionais, familiares e até estudantes. O maior desafio é romper o silêncio e discutir as situações coletivamente como parte do desafio político e pedagógico de promover laços de confiança e construir um trabalho colaborativo na escola, onde todos se sintam respeitados e valorizados.

- 1. Os profissionais da escola sentem-se valorizados e respeitados?
- 2. Professores se sentem respeitados e valorizados pela direção e coordenação pedagógica?
- 3. Funcionários são respeitados e valorizados pelos demais profissionais da escola?
- 4. A direção da escola intervém em casos de discriminação e **assédio moral** entre seus profissionais?
- 5. A escola promove o diálogo entre seus profissionais?
- 6. Todas as profissionais e todos os profissionais da escola se reconhecem como responsáveis pela conservação da limpeza e da preservação de espaços e equipamentos da escola, não sobrecarregando os funcionários de apoio?
- 7. Professoras e professores estimulam os estudantes a conhecerem e a valorizarem igualmente todos os profissionais da escola, em especial, os de apoio?

7. **Afirmação da identidade de servidor/a público/a**

Como servidoras e servidores públicos, as profissionais e os profissionais das escolas públicas de Ensino Médio possuem

Proselitismo refere-se a ações que buscam convencer ou converter alguém a determinadas ideias ou religião.

a grande responsabilidade de atuar pela garantia do direito ao Ensino Médio de todos os adolescentes e jovens, sem quaisquer discriminações. Muitas vezes por razão de preconceito ou em decorrência de vínculos religiosos, determinados profissionais buscam impor sua verdade por meio de seu trabalho, fazendo da escola pública um espaço de **proselitismo** (de busca de adeptos para suas crenças religiosas). Dessa forma, negam a função da escola de ser um espaço da pesquisa, da pergunta, do debate entre diferentes visões de mundo e da dúvida; negam a função de servidores públicos (de estarem a serviço dos interesses públicos de toda a população) e acabam sendo agentes de violação e de discriminação contra muitos adolescentes e jovens. Ser efetivamente um educador, ser efetivamente um servidor público em uma escola exige estabelecer a fronteira entre determinadas crenças pessoais e o exercício da profissão, significa zelar pelo bom uso dos recursos públicos, buscar o trabalho coletivo em prol do bem comum e respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude no exercício de prática profissional, entre outros pontos. É fundamental que as escolas façam o debate sobre os direitos e deveres de seus educadores, inclusive de organização sindical, na perspectiva da afirmação de sua identidade profissional.

- 1. A escola debate abertamente os direitos e os deveres de seus profissionais?
- 2. Os profissionais da escola reconhecem que é seu dever garantir o direito à educação de toda a população, sem quaisquer discriminações?
- 3. Os profissionais da escola estabelecem a separação entre suas crenças religiosas e o exercício de sua função, não promovendo práticas discriminatórias, proselitistas ou de intolerância religiosa?
- 4. As profissionais e os profissionais da escola estão comprometidas/os com o bom uso dos recursos públicos?

5. Os professores podem organizar aulas, desempenhar suas funções como educadores e realizar atividades sindicais sem qualquer constrangimento por parte de colegas, da gestão escolar ou da Secretaria de Educação?

6. Os profissionais da escola respeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude no exercício de suas funções?



DIMENSÃO 6

ESPAÇOS, MATERIAIS E MOBILIÁRIOS

É indispensável, ao pensar uma educação de qualidade, considerar a disponibilidade e a boa condição física do espaço escolar. Este é um direito da população previsto na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) como parte do que foi designado legalmente como padrão de qualidade do ensino⁷. Definir e garantir esse padrão são um grande desafio em um país tão desigual, no qual ainda cerca de metade das escolas da educação básica não contam com coleta e tratamento de esgoto, quase um terço não tem acesso à água tratada e um quarto das escolas não contam com coleta de lixo.

No Brasil, em relação à infraestrutura física das escolas de Ensino Médio, quase 50% não possuem laboratórios de ciências; 25% não possuem quadra de esportes e apenas 87,4% possuem biblioteca ou sala de leitura. Do total, somente 37,2% das escolas de Ensino Médio têm suas dependências adaptadas aos estudantes com deficiência. No que diz respeito ao mundo digital, a situação é melhor: 93% contam com acesso à internet e 92,4% oferecem laboratório de informática aos alunos, porém o acesso à banda larga ainda é extremamente restrito no país. Como em outros indicadores, há uma distribuição desigual desses recursos entre as regiões brasileiras. Enquanto as escolas do Sudeste têm os maiores percentuais em quase todos os recursos, as das Regiões Norte e Nordeste apresentam as menores taxas.

7 Até hoje, o governo brasileiro não definiu o chamado padrão da qualidade do ensino, base para o cálculo do Custo Aluno Qualidade, previsto na legislação e base para uma política de financiamento educacional que garanta condições para o cumprimento da lei. Com base em proposta da Campanha Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer n. 08/2010, que ainda espera aprovação do Ministério da Educação com uma proposta de Custo Aluno Qualidade Inicial.

Salas limpas e arejadas, carteiras adequadas ao público atendido, banheiros em condições de uso por todas e todos, laboratórios e bibliotecas em uso e espaços externos bem cuidados revelam a atenção e o respeito com que a escola lida com as demandas e as necessidades da comunidade escolar e promove condições adequadas para os processos de aprendizagem.

Em uma escola de Ensino Médio, mobiliários como cadeiras, mesas e carteiras devem, por exemplo, ser pensados para, de um lado, possibilitar o cumprimento da proposta pedagógica da escola, e, de outro, responder adequadamente às características de adolescentes e de jovens. Em outras palavras, as carteiras utilizadas não podem ser as mesmas para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental e devem permitir diferentes formas de organização dos trabalhos em sala de aula.

Para além da existência de espaços, equipamentos e recursos didáticos e paradidáticos, também é preciso problematizar quais são as condições de uso deles para seu bom aproveitamento. Uma escola viva, com estudantes e professores motivados e interessados, requer bibliotecas e laboratórios em uso, com manutenção adequada, assim como computadores em funcionamento e com acesso a internet inclusive para estudantes do período noturno.

O modo como a escola está organizada reflete a importância que é conferida às demandas da comunidade escolar. Assim, nesta dimensão, propomos a discussão sobre o quanto a infraestrutura da escola e os seus equipamentos e recursos didáticos e paradidáticos dão conta de atender às demandas existentes e, principalmente, proporcionam condições adequadas de aprendizado para os adolescentes e jovens. Há demandas que a escola terá condições de dar conta e outras que deverão ser objeto de reivindicações da comunidade escolar às Secretarias de Educação e a outros órgãos de políticas públicas.

INDICADORES

1. Existência e suficiência de espaços, materiais e mobiliários

A qualidade na educação requer ambientes físicos e espaços educativos organizados, agradáveis e cuidados; com móveis, equipamentos e recursos didáticos suficientes e adequados à realidade da escola e de suas alunas e alunos e recursos que possibilitem boas condições de trabalho para professoras e professores, gestoras e gestores e funcionárias e funcionários da escola.

1. A escola conta com coleta de esgoto, acesso à água tratada e coleta de lixo?

2. As salas de aulas são suficientes para atender o número de estudantes da escola?

3. As salas de aula dispõem de mobiliário (carteiras, cadeiras, mesas) em quantidade e condições adequadas às necessidades de estudantes e professores?

4. A escola conta com biblioteca ou sala de leitura?

5. Há bebedouros com água filtrada em número suficiente para todos que frequentam a escola?

6. Os banheiros e os vestiários existentes são em número suficiente e adequados para o uso de todos, inclusive de pessoas com deficiência?

7. Todos os ambientes da escola (salas, laboratórios, banheiros, biblioteca etc.) são acessíveis a pessoas com deficiência?

8. A escola possui espaço para o ensino e a prática de esportes, incluindo quadra de esportes coberta e com linhas no chão de futebol, basquetebol, vôlei, handebol e outros esportes?

9. Há espaços e equipamentos adequados para desenvolvimento de atividades específicas a determinadas áreas do conhecimento, como laboratórios de Ciências e de Artes?

- 10. A escola possui espaço para o desenvolvimento de atividades culturais como festas, apresentações teatrais ou musicais, exposições, seminários e debates?
- 11. A escola dispõe de equipamentos como computadores, som e vídeo em condições de uso?
- 12. A escola possui espaços adequados para o trabalho de profissionais de coordenação, secretaria e direção?

2. **Qualidade dos espaços, materiais e mobiliários**

Os espaços, equipamentos, materiais e mobiliários da escola são de qualidade quando respondem às necessidades dos processos educativos de ensino e aprendizagem e quando contribuem para o envolvimento da comunidade escolar, favorecendo o convívio entre as pessoas. Para isso, são fundamentais cuidados permanentes com a sua manutenção, entre eles, os referentes à limpeza, à realização de reformas quando necessárias e à reposição e compra de novos materiais, levando em conta as demandas do planejamento pedagógico e da comunidade escolar.

- 1. A escola é considerada bonita e bem cuidada?
- 2. Os banheiros e os vestiários da escola são limpos e estão em boas condições de uso (têm porta, papel higiênico, espelho, água, sabão e cestos de lixo, por exemplo), inclusive para estudantes do período noturno?
- 3. Todos os computadores e demais dispositivos contam com acesso à internet e estão em boas condições de uso?
- 4. A biblioteca (ou sala de leitura) conta com livros organizados e variados, ambiente agradável, arejado e iluminado?
- 5. O espaço para o ensino e a prática de esportes está em boas condições, com regras acordadas coletivamente para o bom uso de todas e todos?
- 6. Espaços e equipamentos para desenvolvimento de atividades específicas a determinadas áreas do conhecimento

tais como laboratório de Ciências e de Artes, por exemplo, estão em boas condições de uso?

7. As salas de aula são bonitas, arejadas, iluminadas e com boa acústica (ou seja, sem barulhos que atrapalhem o desenvolvimento das atividades)?

8. As vias de acesso aos diferentes ambientes da escola estão em boas condições de uso para pessoas com deficiência?

9. Pessoas trans podem escolher o banheiro que queiram utilizar de acordo com a sua identidade de gênero?

10. Todos os ambientes da escola são considerados seguros, com risco reduzido de acidentes?

11. Os equipamentos de som e vídeo da escola têm livre circulação entre diferentes turnos da escola, incluindo o período noturno?

12. A escola possui árvores, hortas, jardins ou vasos com plantas e discute com os estudantes como utilizar os muros da escola (grafites, pinturas, muros com plantas etc.)?

3. **Bom aproveitamento dos espaços, equipamentos, materiais e mobiliários**

Na gestão do espaço escolar, é preciso cuidar para que os espaços, equipamentos, materiais e mobiliários sejam utilizados regularmente e em todos os turnos pela comunidade escolar, inclusive no período noturno, de forma a ampliar as possibilidades de interação e de desenvolvimento individual e coletivo nos processos de aprendizagem. Para que os materiais sejam apropriados pela comunidade escolar, é fundamental organizá-los e dispô-los de forma a torná-los acessíveis e atraentes, sobretudo para todos os estudantes, considerando aquelas e aqueles com deficiência. É importante desenvolver ações que possibilitem aos equipamentos e materiais “sair” de caixas, gavetas, armários e estantes e circular por salas de aula, pátios

e, no caso dos livros da biblioteca ou sala de leitura, até pelas casas de alunos, sempre associando essas ações à criação de procedimentos de empréstimo, ao estímulo ao cuidado e à corresponsabilidade pela preservação e segurança dos materiais como bens coletivos da escola.

1. A escola estimula que as cadeiras em sala de aula, quando possível, sejam dispostas em círculo ou semicírculo, em vez de fileiras, favorecendo a interação entre os estudantes e destes com a professora ou com o professor?

2. As salas de aula e seu mobiliário permitem a realização de atividades com diferentes metodologias (rodas de conversa, trabalho em grupo, duplas etc.)?

3. Qualquer pessoa da comunidade escolar pode frequentar a biblioteca ou sala de leitura e ter acesso aos livros da biblioteca ou sala de leitura, inclusive no período noturno?

4. O pátio é aproveitado para atividades recreativas e pedagógicas, inclusive no período noturno?

5. A biblioteca ou sala de leitura conta com profissional habilitado?

6. Há atividades regulares de ensino e prática esportiva para todos os estudantes, inclusive para aqueles do período noturno?

7. Os bebedouros da escola são periodicamente higienizados?

8. A escola realiza e estimula a reciclagem de lixo e a aborda como conteúdo curricular?

4. **Material didático e biblioteca escolar**

Muitas vezes, há materiais na escola que não são do conhecimento de professores, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar e que podem ser utilizados nos processos educacionais (livros, revistas, audiovisuais, jogos, mapas etc.). Nesse sentido, é importante saber o que existe no acervo e identificar

os materiais que podem ser utilizados para abordar os diferentes conteúdos curriculares e outros assuntos propostos pelos estudantes e pela comunidade escolar, analisando criticamente os materiais que não contribuem com a proposta pedagógica e que até geram preconceito. Todos os acervos de materiais exigem cuidados permanentes para sua manutenção, entre eles os referentes à limpeza e ao armazenamento em condições adequadas. É importante também considerar que todos os acervos se desgastam com o uso e se desatualizam, exigindo que sejam substituídos de tempos em tempos. Em muitas escolas públicas, os acervos são compostos por meio de compras governamentais e pela compra direta efetuada pelas escolas. Para novas compras feitas pelas escolas, devem-se sempre realizar pesquisas sobre os novos materiais disponíveis no mercado e levantar e discutir coletivamente as necessidades colocadas pelo planejamento pedagógico e pela comunidade escolar.

- 1. É a escola que escolhe de forma autônoma o material didático que será utilizado por estudantes e professores/as?
- 2. O material didático, os livros, os materiais audiovisuais, os jogos e outros recursos que compõem a biblioteca são escolhidos de forma dialogada e com participação de professores e estudantes?
- 3. Todos os estudantes da escola receberam o material didático no início do ano letivo?
- 4. Os estudantes e professores avaliam que o material didático adotado pela escola estimula o conhecimento e a valorização das histórias e das culturas locais?
- 5. A escola busca conhecer e adquirir materiais educativos elaborados por pessoas da comunidade escolar?
- 6. A equipe de profissionais da escola recebe formação para utilizar o material didático adotado pela escola?
- 7. Na escola, todas as doações de materiais, de qualquer natureza, são analisadas para que não sejam veiculadas ideias, imagens e crenças preconceituosas que violem os direitos humanos?

5. Acesso a tecnologias e uso de internet na escola

A utilização das novas tecnologias e da internet na escola podem potencializar a pesquisa, a construção e o compartilhamento de conhecimentos em prol da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Para além de garantir o acesso a equipamentos e a internet de banda larga (à conexão de alta velocidade), é fundamental que a escola se organize para o uso das tecnologias, realizando a formação das profissionais e dos profissionais de educação e dos estudantes para isso e discutindo coletivamente os sentidos, os momentos adequados e não adequados para esse uso em sala de aula, as possibilidades e a articulação das tecnologias ao seu projeto político-pedagógico.

Os computadores e outros dispositivos eletrônicos são máquinas que executam operações para obter determinado resultado (por exemplo, fazer uma busca na internet ou rodar um jogo). O termo “hardware” se refere à máquina em si, à parte física, com chips, processadores, placas, monitores etc. Os softwares são o conjunto dos programas, regras e instruções que as máquinas operam. Os hardwares e os softwares livres têm seus códigos abertos, não têm fins lucrativos, logo não exigem o pagamento de licenças e podem ser utilizados livremente por qualquer pessoa em prol da construção e do compartilhamento do conhecimento livre.

- 1. A escola conta com número adequado de computadores e dispositivos com acesso à internet para que uma turma inteira possa realizar atividades ao mesmo tempo e utilizar ferramentas digitais de aprendizagem?
- 2. Os estudantes utilizam computadores e dispositivos com acesso a internet regularmente?
- 3. A escola tem acesso à internet com velocidade adequada para o uso pedagógico de recursos e plataformas virtuais?
- 4. As regras de uso de equipamentos como celulares e smartphones são elaboradas com a participação dos/das estudantes, definindo os momentos adequados e não adequados para esse uso?
- 5. Quando a escola possui rede de internet sem fio (Wi-Fi), as regras de utilização são elaboradas de forma participativa, inclusive com os estudantes?
- 6. A internet da escola possibilita que professores/as e estudantes realizem as atividades da forma como foram planejadas e com recursos e plataformas digitais escolhidas?
- 7. A escola discute o significado do **hardware** e do **software livre**?

DIMENSÃO 7

PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um princípio estruturante da educação brasileira: da escola aos sistemas de educação. Prevista na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996) e em outras leis federais. A gestão democrática é a forma de uma instituição funcionar valorizando a opinião e a participação de todas as pessoas para alcançar o bem comum. A participação é um direito humano, previsto nas normativas internacionais e na legislação brasileira, e representa o direito humano de todas as pessoas participarem das decisões que afetam suas vidas e suas coletividades. Essa participação nunca deve ser usada para atacar os direitos de outras pessoas.

Uma gestão democrática “pra valer” em uma escola de Ensino Médio anda de mãos dadas com o reconhecimento da diversidade de adolescentes e jovens que existe no ambiente escolar. Uma gestão escolar que valoriza diferentes vozes, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas, reconhece que há várias formas de organização de adolescentes e jovens dentro e para além da escola, contribui para a garantia de direitos e com a superação das desigualdades e das discriminações presentes tanto na escola como na sociedade.

Algumas bases da gestão democrática, como o estímulo à participação da comunidade nas tomadas de decisão, o envolvimento das pessoas na organização do espaço, o gerenciamento e o planejamento escolar, a transparência e a troca de informações fortalecem compromissos e laços entre as pessoas. Isso tudo gera um clima positivo de confiança na capacidade da escola de enfrentar os seus desafios.

Quando estudantes, profissionais de educação, familiares e outras pessoas da comunidade têm conhecimento sobre como

funciona a gestão escolar e podem decidir a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis e participar na definição das prioridades, aumentam as chances de sucesso e a escola se fortalece como um espaço de ensino, de aprendizagem, de democracia e de vivência de valores. Espaço no qual as pessoas se educam e experimentam a convivência com a diversidade humana por meio da prática do respeito, da escuta, da negociação, da busca de soluções não violentas para os conflitos e do combate à qualquer discriminação.

É sempre importante que essa participação na gestão democrática escolar não perca de vista a relação com a Secretaria Estadual de Educação, com o Conselho Estadual de Educação do estado e com outras instâncias de participação e de controle social que tratam da política educacional de Ensino Médio, que é de responsabilidade prioritária dos governos estaduais. Há muitos desafios de uma escola que também são de outras escolas e que precisam ser enfrentados pelas políticas educacionais como um todo.

Além disso, para encarar muitos desses desafios, a escola não pode atuar de forma isolada: é fundamental que ela fortaleça os laços com a comunidade, com os coletivos juvenis e com outros serviços e políticas públicas que contribuam para a garantia do direito ao acesso, à permanência e ao sucesso na educação de adolescentes e jovens. Nessa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude preveem a construção de redes de proteção, que constituem uma ação planejada e coordenada entre diversos serviços públicos e organizações da sociedade civil para garantir a efetivação dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, entre eles, o direito à educação.

A participação de adolescentes e jovens e de seus familiares na definição dos rumos da educação, inclusive nas instâncias deliberativas da escola, como o Conselho Escolar, é assegurada por lei. Contudo, não existe vida democrática sem o fomento à liberdade de organização de adolescentes e jovens, inclusive


por meio de coletivos culturais, esportivos, políticos (feministas, antirracistas, LGBTQs etc.) e de outros grupos, que possam vir (ou não) a se articular com o Grêmio Estudantil.

O Grêmio Estudantil é uma organização que nasce da união dos estudantes de uma escola para representar os interesses das alunas e dos alunos. O direito dos estudantes à organização por meio de grêmios está prevista na legislação federal. O grêmio também é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos. Por isso, um dos principais objetivos da gestão democrática em uma escola de Ensino Médio é contribuir para aumentar a participação dos estudantes nas atividades da escola, reconhecendo as várias formas de organização de adolescentes e jovens dentro e fora da escola, fazendo com que as alunas e os alunos tenham voz ativa, inclusive na construção das regras de convivência e do projeto político-pedagógico.

INDICADORES

1. **Respeito e promoção do princípio da gestão democrática**

Há escolas de Ensino Médio no país que funcionam com base em uma estrutura vertical, hierárquica e, muitas vezes, até autoritária, compreendida pela gestão escolar como único caminho para garantir o funcionamento da escola no cotidiano. Contudo, é certo que a participação, o diálogo e o envolvimento de estudantes, familiares e comunidade cumprem um papel fundamental em qualquer processo educativo, promovendo a corresponsabilidade na busca de um melhor atendimento educacional. Fazer da escola um espaço democrático é um processo que precisa ser construído no cotidiano e um desafio a ser enfrentado para uma educação de qualidade.

 1. A gestão democrática é um princípio que orienta e organiza o dia a dia da escola, inclusive a sua proposta pedagógica?

- 2. A escola promove diferentes formas de participação da comunidade escolar no cotidiano da escola, como rodas de conversa, consultas, seminários etc.?
- 3. A escola discute os obstáculos para a maior participação da comunidade escolar no seu cotidiano e busca aperfeiçoar suas estratégias para ampliar essa participação?
- 4. Os diferentes segmentos da comunidade escolar entendem que têm acesso a todas as informações necessárias sobre a escola para manifestar suas opiniões e seus posicionamentos?

2. **Participação na proposta educativa**

A construção e a implementação do projeto político-pedagógico da escola deve envolver não apenas os profissionais de educação, mas também seus estudantes. Para tanto, é fundamental planejar momentos específicos que possam incorporar de forma ativa a participação de adolescentes e jovens. Uma proposta educativa comprometida com uma educação de qualidade não pode ser um instrumento burocrático, pronto e acabado. Tem que ter movimento, possibilitando questionamentos, mudanças e novas propostas de acordo com a realidade das alunas e dos alunos, da escola e da sociedade.

- 1. A escola promove periodicamente debates sobre a qualidade da educação oferecida no Ensino Médio?
- 2. As/Os jovens e adolescentes são estimuladas/os a se posicionar sobre a qualidade da educação oferecida pela escola?
- 3. Há espaço para que estudantes manifestem propostas ou discordâncias em relação à proposta educativa desenvolvida pela escola?
- 4. A opinião de estudantes é levada em consideração para a avaliação de materiais e recursos didáticos e infraestrutura da escola?

5. Caso seja obrigatório o uso de uniforme, a decisão de como usá-lo leva em consideração a opinião dos/das estudantes?

3. **Transparência e circulação das informações na escola e na comunidade**

Uma escola que cultiva a gestão democrática é um lugar que investe na transparência e na divulgação de informações. O acesso à informação contribui de forma decisiva para a ampliação e o aprimoramento da participação na escola: seja de recursos financeiros, indicadores educacionais, problemas da escola e outras questões. É importante considerar que essa informação precisa ser trabalhada de forma a ser compreensível para a maioria das pessoas e deve ser divulgada tanto nos murais, boletins, sites e redes sociais como nas reuniões com a comunidade escolar. Informações sobre leis e direitos da população e, especificamente, de adolescentes e de jovens e campanhas de conscientização sobre o direito à educação delas e deles, sem quaisquer discriminações, devem ser estampadas nas paredes das escolas e divulgadas nos diversos espaços coletivos.

1. As profissionais e os profissionais da gestão escolar (direção, coordenação pedagógica, orientação pedagógica) buscam informar a comunidade escolar sobre os principais acontecimentos da escola?

2. As principais informações relacionadas às atividades da escola (datas comemorativas, prestação de contas, datas de reuniões, agenda escola no ano letivo, decisões do conselho escolar etc.) estão dispostas em um mural em local visível a todos e todas?

3. O orçamento e a utilização dos recursos da escola são apresentados e debatidos com todos e todas, inclusive estudantes e familiares (ou responsáveis)?

4. Os recursos recebidos e arrecadados pela escola têm sido usados para resolver problemas prioritários definidos pelo Conselho Escolar?

5. A comunidade escolar, incluindo estudantes e suas famílias (ou responsáveis), é informada sobre os resultados da escola e da rede em indicadores e estatísticas educacionais como IDEB, SAEB, ENEM?

4. Fortalecimento do Grêmio Estudantil e reconhecimento de diferentes formas de participação de adolescentes e jovens dentro e para além da escola

Estudantes, sobretudo adolescentes e jovens que estão no Ensino Médio, devem se perceber como corresponsáveis pela construção da escola. A organização estudantil é a maneira pela qual poderão, de forma coletiva, identificar e viabilizar suas demandas, dialogando com as diferentes instâncias e promovendo ações que construam uma escola com a qual se identifiquem mais. Para tanto, é preciso respeitar e promover sua autonomia, não apenas incentivando a criação de grêmios estudantis, mas também reconhecendo e estimulando diversos coletivos, grupos e projetos protagonizados por adolescentes e jovens, por meio dos quais eles e elas poderão interferir de diferentes formas no cotidiano do Ensino Médio.

1. Diferentes coletivos ou grupos de adolescentes e jovens (de dança, estudos, leitura, música, grafite, rap, poesia, feministas, antirracistas, LGBTs etc.) existentes na escola e na comunidade podem utilizar os espaços da escola para realizar suas próprias atividades?

2. A escola possui um Grêmio Estudantil eleito e organizado por estudantes?

3. O Grêmio possui autonomia para definir sua forma de funcionamento e organização e tomar suas decisões?

- 4. O Grêmio Estudantil possui espaço físico adequado para realizar reuniões e atividades?
- 5. A opinião do Grêmio e dos estudantes é considerada nas decisões sobre o uso dos recursos da escola?
- 6. As/Os estudantes têm espaço para propor e efetivar projetos, ações e atividades próprias do universo juvenil (arte, cultura, esporte, lazer, política, trabalho etc.)?
- 7. A escola reconhece e incentiva diferentes formas de organização das/dos estudantes para além do Grêmio Estudantil e da participação no Conselho Escolar?
- 8. O calendário escolar contempla as atividades desenvolvidas pelos coletivos e grupos juvenis da escola e pelo Grêmio, inclusive prevendo o período de organização (eleições)?

5. Conselho Escolar democrático e atuante

Conselhos Escolares são órgãos colegiados que cumprem o papel de democratizar decisões sobre a escola, sejam de caráter mais pedagógico ou administrativo, negociando demandas educacionais. Toda escola deve ter um Conselho Escolar. Ele é formado por representantes de estudantes, familiares, profissionais de educação da escola, integrantes da comunidade local e a direção da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a escolha daquelas e daqueles que vão compor o Conselho. Os Conselhos deliberam (decidem coisas), assessoram a direção, fiscalizam o uso dos recursos e mobilizam a comunidade escolar para a participação na escola. Um dos papéis mais importantes dos Conselhos é a discussão do projeto político pedagógico da escola com professores e diretores, ou seja, quais os temas, os desafios e as estratégias que a escola vai priorizar para melhorar a qualidade da educação oferecida às suas alunas e aos seus alunos.

- 1. A escolha de conselheiros/as escolares é feita com base em eleição feita com calendário e regras nítidas e conhecidas por todos e todas?
- 2. O Conselho Escolar é formado por representantes de toda a comunidade escolar de forma paritária, ou seja, possui o mesmo número de pessoas entre profissionais, estudantes, familiares e integrantes da comunidade?
- 3. Os/As conselheiros/as escolares recebem orientações e formação para exercer a função para qual foram eleitos/as?
- 4. As reuniões do Conselho Escolar ocorrem em horários adequados a todos e todas, inclusive para aqueles/as que não são profissionais da escola?
- 5. O Conselho Escolar tem normas de funcionamento definidas e conhecidas por todos e todas?
- 6. As estudantes e os estudantes têm representantes eleitos/as e participam do Conselho Escolar?
- 7. O Conselho Escolar participa ativamente da elaboração e revisão do projeto político pedagógico da escola?
- 8. O Conselho Escolar debate criticamente os resultados da escola em indicadores educacionais oficiais (IDEB, SAEB, ENEM etc.)?
- 9. O Conselho Escolar promove processos de autoavaliação participativa para acompanhar o cumprimento da proposta pedagógica da escola?
- 10. Todas as parcerias e programas estabelecidos pela escola com instituições públicas ou privadas são debatidos e aprovados pelo Conselho Escolar?

6. Fortalecimento das relações com as famílias

A relação entre escola e família é fundamental no desenvolvimento da trajetória educacional de adolescentes e jovens no

Ensino Médio. Porém, não se trata de uma tarefa simples no Ensino Médio, considerando que parte significativa dos adolescentes e dos jovens neste momento de vida apresenta relações tensas e de questionamento as suas famílias. Por outro lado, muitos familiares deixam de acompanhar de perto a vida escolar de seus adolescentes e jovens ou estabelecem relações controladoras em relação aos seus filhos, entre outras formas de lidar com a adolescência e a juventude. Partindo do reconhecimento das estudantes e dos estudantes como sujeitos principais do Ensino Médio e da promoção da autonomia de adolescentes e jovens, a escola de Ensino Médio deve buscar com sensibilidade uma relação positiva com as famílias — reconhecida em seus **diferentes arranjos familiares** — na perspectiva de uma parceria dialogada e acordada que envolva os estudantes na construção de caminhos que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Médio com qualidade.

1. A escola tem abertura para escutar demandas, reclamações e propostas das famílias?
2. A escola valoriza igualmente os vários arranjos familiares em sua comunidade, para além da chamada família tradicional, composta por pai, mãe e filhos?
3. As famílias (ou responsáveis) participam ativamente das reuniões sobre a vida escolar dos estudantes?
4. A escola realiza reuniões periódicas com familiares (ou responsáveis) em horários adequados a todas e todos e estimula que as pessoas expressem suas opiniões nas reuniões?
5. A escola evita se relacionar com as famílias com base em cobranças e reclamações sobre seus adolescentes e seus jovens?
6. A escola estimula a participação dos pais (homens) nas reuniões, atuando no sentido de que a participação não seja responsabilidade somente de mães, avós e outras mulheres das famílias?

A lei e a Justiça no Brasil reconhecem como família diversos modelos, não apenas aquela formada por pai, mãe e filhos. Esses outros arranjos incluem famílias formadas por um dos pais e filhos (chamadas famílias monoparentais), por casais sem filhos e por casais homoafetivos com filho/a/s. Dados do IBGE mostram que o modelo de casal com filhos já não é mais a maioria: em 2015, esse modelo correspondia a 42% das famílias.

7. A escola estabelece limites às famílias que, em nome de seu vínculo religioso, querem proibir que a escola aborde determinados conteúdos previstos na legislação educacional?⁸

7. **Relação com a comunidade e com a rede de proteção**

Chamamos de comunidade um conjunto de pessoas, grupos, organizações e instituições que, muitas vezes, partilham vivências e relações em uma mesma localidade. A comunidade é dinâmica, está sempre se transformando e é marcada por conflitos de interesses e por alianças e articulações em torno de objetivos comuns. Conhecer a realidade, a história e quem compõe a comunidade do entorno da escola e desenvolver diálogos e parcerias com ela, em prol dos direitos dos adolescentes e jovens e vinculados ao projeto político-pedagógico da escola, podem contribuir decisivamente para a melhoria da educação. Nesse mesmo sentido, mapear, promover e construir um trabalho coordenado e planejado com outros serviços públicos, instituições, movimentos sociais e grupos comprometidos com os direitos de adolescentes e jovens, é um desafio a ser assumido ativamente pela gestão democrática escolar na perspectiva do fortalecimento da escola como parte da rede de proteção.

1. A escola tem um mapa de serviços públicos, organizações, coletivos e movimentos sociais que atuam em sua região?
2. A escola mantém parcerias com organizações da sociedade civil, universidades, coletivos culturais e movimentos sociais para promoção de atividades relacionadas à sua proposta pedagógica?
3. A escola mantém-se aberta e disponibiliza seus espaços para que a comunidade possa desenvolver atividades

⁸ Em caso de ameaça ou perseguição aos profissionais da escola, veja a publicação: www.manualdedefesadasescolas.org.br

culturais, esportivas e de organização comunitária, inclusive no período noturno e aos finais de semana?

4. As reuniões pedagógicas, do Conselho Escolar e com a comunidade procuram mostrar a importância da rede de proteção da infância e da adolescência para o desenvolvimento de seus/suas estudantes?

5. A escola atua permanentemente com Conselhos Tutelares, serviços de saúde, serviços sociais, organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, defensoria pública, abrigos etc.?

6. A escola possui procedimentos para o encaminhamento de casos de violência — incluindo violência doméstica — aos serviços de proteção e de atendimento, como delegacias especializadas, serviços de saúde e de apoio, organizações de atendimento a mulheres etc.?

8. **Influência de movimentos juvenis nas políticas públicas**

Historicamente, no Brasil e no mundo, os movimentos juvenis foram responsáveis por importantes conquistas no campo dos direitos humanos, que se tornaram leis e políticas públicas. Parcela significativa de adolescentes e de jovens está organizada ou possui interesse em se organizar politicamente, discutindo suas realidades e construindo propostas. Entendemos a política como um modo de buscar coletivamente soluções para problemas e desafios que afetam as comunidades e sociedades, em prol do bem comum. Sendo a escola de Ensino Médio um espaço privilegiado de exercício de cidadania, é importante que ela abra espaço para promover e refletir sobre a participação de adolescentes e jovens na política educacional, nas políticas destinadas a adolescentes e a jovens e em outras questões que impactam suas vidas, a de suas famílias e a de suas comunidades.

Os Planos de Educação são documentos, com força de lei, que contêm metas para a melhoria da qualidade educacional. Eles apontam qual educação se pretende alcançar em dez anos para o município, estado ou país e quais as principais estratégias a serem implementadas para isso.

- 1. As experiências políticas dos/das estudantes são fonte de reflexão para o trabalho dos profissionais da escola?
- 2. A escola discute as políticas educacionais com as/os jovens e a comunidade escolar?
- 3. A escola estimula que estudantes, grupos e coletivos juvenis apresentem propostas para a melhoria das políticas educacionais, culturais, de saúde e de juventude, por exemplo?
- 4. A escola encaminha recomendações, críticas, demandas e propostas de sua comunidade escolar para a Secretaria de Educação, Conselho de Educação e Fórum de Educação como parte da implementação dos **Planos de Educação**?
- 5. A escola se sente respeitada e participa ativamente da tomada de decisões que lhe dizem respeito na Secretaria de Educação?
- 6. A escola dá retorno às estudantes e aos estudantes e à comunidade escolar sobre os encaminhamentos dados por esses órgãos às suas recomendações, críticas, demandas e propostas?

Sites de referência

- :: **Observatório Jovem – UFF**
<http://www.uff.br/observatoriojovem/>
- :: **Observatório da Juventude – UFMG**
<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>
- :: **UNICEF – O Direito de Ser Adolescente**
https://www.UNICEF.org/brazil/pt/activities_9418.html
- :: **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**
<http://campanha.org.br/>
- :: **Tõ no Rumo**
www.tonorumo.org.br
- :: **Educação e Relações Raciais**
<http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/colecao-educacao-e-relacoes-raciais/>
- :: **Gênero e Educação**
www.generoeeducacao.org.br
- :: **Observatório de Educação – Instituto Unibanco**
<https://observatoriodeeducacao.org.br/>
- :: **Observatório do PNE**
<http://www.observatoriodopne.org.br/>
- :: **Observatório da Laicidade na Educação**
<http://www.edulaica.net.br/>

:: Viração Educomunicação

www.viracao.org

:: Informações estatísticas – INEP

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>

Marcos legais

:: Estatuto da Criança e do Adolescente

A Lei n. 8.069/1990 reúne princípios para a proteção integral de crianças (de até 12 anos) e adolescentes (dos 12 aos 18 anos).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

:: Estatuto da Juventude

Direitos dos jovens, considerados como aqueles com idade entre 15 e 29 anos, estão reunidos na Lei n. 12.852/2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

:: Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Trata-se de uma convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo governo brasileiro, que visa promover direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

:: Plano Nacional de Educação

O PNE (Lei n. 13.005/2014) estabelece metas e estratégias para a educação brasileira por um período de dez anos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

<http://pne.mec.gov.br/>

:: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei n. 9.394/1996 organiza a educação brasileira em todos os níveis.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

:: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

O documento reúne orientações para o planejamento curricular de escolas e sistemas de ensino.

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

:: Leis n. 10.639 e n. 11.645 e Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação e Relações Etnicorraciais

Incluem no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras e da Educação Relações Raciais e da história e a cultura dos povos indígenas do Brasil em toda a educação básica.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

:: Legislação relativa ao transporte escolar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece (no Artigo 4º, inciso VIII) que o dever do Estado com a educação pública inclui os programas suplementares de transporte, além de alimentação, material e assistência à saúde.

:: Diretrizes Curriculares Nacionais para o atendimento escolar de jovens em cumprimento de medida

A Resolução n. 3, de 13 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Educação, estabelece princípios como o direito à matrícula e à permanência.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192

:: Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação do Campo, de Educação Indígena e de Educação Quilombola

Campo: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

Quilombola: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192

Indígena: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

:: Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Educação Escolar de Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Itinerância

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9609&Itemid=

:: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192

:: Lei de Aprendizagem e nova Lei do Estágio

Pela Lei de Estágios em vigor, o estágio é uma atividade educativa desenvolvida no ambiente profissional, mas não caracteriza relação de emprego. Já a aprendizagem é uma modalidade de trabalho para jovens, entre 14 e 24 anos (exceto no caso de pessoas com deficiência), associada à formação profissional.

Os jovens devem estar cursando ensino fundamental ou médio e frequentar ensino técnico profissional, em convênio com a empresa.
Aprendizagem: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm
Estágio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

:: A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (2011)

Foi elaborada pelo governo brasileiro com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estabelece quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: 1) mais e melhor educação; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) promoção do diálogo social. Documento completo disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_301824.pdf.

:: Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei n 11.738/2008)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm

Publicações

:: Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013 (Secretaria Nacional de Juventude)

https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_

:: Políticas para o Ensino Médio e desigualdades escolares e sociais – Cenpec (2017)

http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2017/08/pol%C3%ADticas_EM_miolo_final-4.pdf

:: Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais – Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas (2016)

http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf

:: 10 Desafios do Ensino Médio no Brasil – UNICEF (2014)

https://www.UNICEF.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf

:: Guia Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional – Raquel Souza/Ação Educativa (2014)

<http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/guia-to-no-rumo-jovens-e-escolha-profissional/>

- :: Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola – Ação Educativa (2013)**
<http://www.indicadoreseducacao.org.br/o-que-e-a-colecao-2/>

- :: Ensino Médio de tempo integral em debate – Ação Educativa (2012)**
http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/dc30_internet.pdf

- :: O Ensino Médio no Brasil – Nora Krawczyk/Ação Educativa (2009)**
<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/publicacoes/pdfs/emquesto6.pdf>

- :: Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas**
www.manualdedefesadasescolas.org.br

Referências

- BRASIL. Lei n. 7.398/1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7398.htm. Acesso em: 5 set. 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.934/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 set. 2015.
- BRASIL. Lei n. 13.005/2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>. Acesso em: 10 set. 2015.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n. 2/2012, CNE, CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Resolução n. 6/2012, CNE, CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.
- BRASIL. Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. Resolução n. 3/2012, CNE, CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Resolução n. 8/2012, CNE, CBE.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Resolução n. 5/2012, CNE, CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Resolução n. 2/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para o atendimento escolar especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução n. 4/2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Resolução n. 1/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da educação à distância. Resolução n. 3/2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=14906>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.639/2013. Inclui a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008. Inclui a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Lei n. 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.852/2013. Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: 2011.

BRASIL. Decreto 6.949/2009. Institui a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 5 set. 2015.

**TABELA DE
DIMENSÕES
E INDICADORES**

INDICADORES DA QUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

| Dimensão | Indicadores |
|--|--|
| 1. Ambiente educativo e valorização da diversidade juvenil | <ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de um Ensino Médio com sentido para jovens e adolescentes 2. Reconhecimento da diversidade juvenil 3. Superação do racismo e da xenofobia 4. Enfrentamento do sexismo e da LGBTfobia na escola 5. Respeito e promoção da cultura democrática 6. Abordagem da indisciplina, sem exclusão 7. Superação da intolerância religiosa e garantia de uma educação laica 8. Amizades, relacionamentos e afeto |
| 2. Acesso, permanência e conclusão | <ol style="list-style-type: none"> 1. Condições de mobilidade e de transporte escolar 2. Oferta de ensino noturno de qualidade 3. Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência 4. Acompanhamento das faltas e enfrentamento da evasão escolar 5. Garantia das condições materiais de permanência 6. Superação de práticas institucionalizadas de exclusão 7. Transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio 8. Atenção às potencialidades dos/as estudantes 9. Conselho de Classe comprometido com a garantia do direito à educação |
| 3. Currículo e a proposta político-pedagógica | <ol style="list-style-type: none"> 1. Valorização de conhecimentos, experiências e expectativas dos/das estudantes 2. Existência de uma proposta pedagógica contextualizada 3. Conhecimento e respeito à legislação 4. Educação, diferenças e ação afirmativa 5. Desenvolvimento e estímulo à curiosidade e ao pensamento crítico 6. Aprimoramento dos métodos de ensino e das estratégias didáticas 7. Trabalho coletivo, planejamento, acompanhamento e ações interdisciplinares 8. Reconhecimento dos ritmos e diferenças de aprendizagem 9. Existência de práticas contínuas de avaliação formativa e diagnóstica 10. Contextualização de indicadores oficiais relativos ao desempenho da escola |
| 4. Trajetórias de vida, estudos e, trabalho | <ol style="list-style-type: none"> 1. Respeito, e acolhimento de estudantes trabalhadores/as 2. Reflexão e preparação para o mundo do trabalho 3. Educação para superação das desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho, que considere a superação das desigualdades raciais 4. Perspectivas e possibilidades de continuidade dos estudos e qualificação profissional 5. Estímulo à circulação juvenil pela cidade, pelo campo e pela região 6. Apoio às jovens mães e aos jovens pais 7. Formação crítica para o consumo consciente e construção de uma perspectiva sustentável |

| Dimensão | Indicadores |
|--------------------------------------|--|
| 5. Profissionais da educação | <ol style="list-style-type: none"> 1. Formação inicial e continuada 2. Suficiência e estabilidade da equipe escolar 3. Frequência da equipe escolar 4. Promoção do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas 5. Melhoria das condições de trabalho das profissionais e dos profissionais da educação 6. Relações de respeito e de colaboração no ambiente de trabalho 7. Afirmação da identidade de servidor/a público/a |
| 6. Espaços, materiais e mobiliários | <ol style="list-style-type: none"> 1. Existência e suficiência de espaços, materiais e mobiliários 2. Qualidade dos espaços, materiais e mobiliários 3. Bom aproveitamento dos espaços, equipamentos, materiais e mobiliários 4. Material didático e biblioteca escolar 5. Acesso a tecnologias e uso de internet na escola |
| 7. Participação e gestão democrática | <ol style="list-style-type: none"> 1. Respeito e promoção do princípio da gestão democrática 2. Participação na proposta educativa 3. Transparência e circulação das informações na escola e na comunidade 4. Fortalecimento do grêmio estudantil e reconhecimento de diferentes formas de participação de adolescentes e jovens dentro e para além da escola 5. Conselho escolar democrático e atuante 6. Fortalecimento das relações com as famílias 7. Relação com a comunidade e com a rede de proteção 8. Influência de movimentos juvenis nas políticas públicas |



Esta publicação e os outros volumes da Coleção Indicadores da Qualidade na Educação estão disponíveis para *download* nos sites:

www.indicadoreseducacao.org.br

www.deolhonosplanos.org.br

 **ação
educativa**

unicef 

ISBN 978-85-86382-52-9



9 788586 382529